

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE**
3 **ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e
4 vinte, às nove horas, reuniu-se a Congregação da Faculdade de Educação, através
5 do Google Meet, em virtude da necessidade de isolamento social pela pandemia da
6 Covid-19, sob a presidência do DIRETOR da Faculdade de Educação, Professor
7 Doutor Renê José Trentin Silveira, com a presença dos seguintes conselheiros:
8 DIRETOR ASSOCIADO: Professor Doutor Alexandro Henrique Paixão; CHEFES DE
9 DEPARTAMENTO: Professores Doutores: Luciano Pereira (DECISE); Eliana Ayoub
10 (DELART); Selma Borghi Venco (DEPASE); Miriam Cardoso Utsumi (DEPRAC); Lilian
11 Cristine Ribeiro Nascimento (DEPE); Fabiana de Cássia Rodrigues (DEFHE).
12 COORDENADORES: Professores Doutores: Antonio Carlos Rodrigues de Amorim
13 (Pós-Graduação); Ana Lúcia Horta Nogueira (Extensão, Eventos e Pesquisa); Norma
14 Silvia Trindade de Lima (Graduação – Pedagogia); Anderson Ricardo Trevisan
15 (Graduação – Licenciaturas). REPRESENTANTES DOCENTES – Professores
16 Doutores: MS-5: Guilherme do Val Toledo Prado. MS-3: Alexandrina Monteiro.
17 BANCADA GERAL – Professores Doutores: Nima Imaculada Spigolon, Alessandra
18 Aparecida Viveiro, Carolina de Roig Catini, Carlos Miguel Ribeiro da Silva.
19 REPRESENTANTES DISCENTES: Neide Sylvania Campos Sampaio, Julia da Silva
20 Oliveira, Julia Pacheco e Zan, Pedro Franco, Ricardo Ariel N. Gilbert Bruno.
21 REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: Diego Barbosa, Juliana
22 Marques Lourenço, Noemi Rodrigues Jacintho. Como convidados compareceram:
23 Prof. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda (CPFP); Luciana Rodrigues (CTU/FE);
24 Profa. Telma Pileggi Vinha e Profa. Ana Maria Falcão de Aragão. Em seguida, o
25 **Professor Renê Trentin** deu início à 347ª reunião da Congregação da Faculdade de
26 Educação, submetendo a ata da 346ª reunião realizada em 26/08/2020, a qual foi
27 aprovada com 1 abstenção. A seguir, o **Professor Renê Trentin** sugeriu a inversão
28 da pauta, transferindo o EXPEDIENTE para o final da reunião, a qual foi aprovada por
29 unanimidade. Em seguida o **Professor Renê Trentin** deu entrada no item **II) ORDEM**
30 **DO DIA. A. PARA CIÊNCIA. 01.** Relatório de Gestão – Coordenação de Licenciatura
31 Integrada em Química e Física – out/2018 a out/2020 – Profa. Dra. Inês Ferreira de Souza
32 Bragança e Profa. Dra. Alik Wunder. O **Professor Anderson Trevisan** parabenizou as
33 professoras pelo relatório elaborado e o trabalho bem realizado à frente da Coordenação de
34 Licenciatura Integrada em Química e Física. Aproveitou para salientar que estava disposto a
35 continuar o trabalho que elas realizaram. O **Professor Renê Trentin** agradeceu as
36 professoras pela gestão que fizeram e pela forma que acolheram a nova Direção da FE num

37 momento tão difícil. Agradeceu também a Profa. Norma Trindade e o Prof. Régis Silva pela
38 acolhida. Aproveitou para dar as boas-vindas ao Prof. Anderson Trevisan e à Profa. Ana Elisa
39 Spaoloni. Agradeceu ainda a Profa. Eliana Ayoub, pois aquela seria sua última participação
40 na reunião da Congregação como chefia do DELART. A **Professora Eliana Ayoub**
41 agradeceu as palavras do Prof. Renê Trentin e o acolhimento que teve das demais chefias
42 de departamento, das coordenações, da direção anterior da FE e também dos atuais
43 diretores. Informou que seus sucessores seriam o Prof. Rogério Moura como chefe e o Prof.
44 Arnaldo Pinto como chefe substituto. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou para o
45 **item 02**. Transferência da Profa. Dirce Djanira Pacheco e Zan do DEPRAC para o DECISE.
46 Of. DECISE nº 063/2020. Salientou que embora o item tenha sido colocado em pauta, o
47 assunto não estava totalmente resolvido nos departamentos envolvidos. Sendo assim, o
48 **Professor Renê Trentin** submeteu a retirada de pauta do item 02, a qual foi aprovada
49 com 5 abstenções. Em seguida o **Professor Renê Trentin** entrou no **item B.**
50 **HOMOLOGAÇÃO. 01.** Indicação da Profa. Dra. Wivian Weller (Universidade de
51 Brasília) para compor o colegiado da Revista Proposições como Editora Associada.
52 **02.** Edital do Processo Seletivo Mestrado e Doutorado em Educação – Programa de
53 Pós-Graduação em Educação – PPGE – Ano Acadêmico 2021. Informação CPG nº
54 083/2020. Edital nº 02/2020. Aprovado “*ad referendum*” da Congregação. **03.** Edital
55 do Processo Seletivo Mestrado Profissional em Educação Escolar – MP – Ano
56 Acadêmico 2021. Informação CPG nº 084/2020. Edital nº 03/2020. Aprovado “*ad*
57 *referendum*” da Congregação. O **Professor Antonio Carlos Amorim** salientou que
58 os editais foram aprovados “*ad referendum*” da Congregação, para que pudessem
59 ficar disponíveis por mais tempo no site da FE. O **Professor Renê Trentin** apresentou
60 o item **4**. Resultado da eleição para a representação docente na Congregação – mandato
61 suplementar (dez/2020 a março/2022). *Docentes nível MS-6:* Ana Maria Falcão de Aragão
62 (titular) – 6 votos; brancos – 2 votos; nulos – 0; votantes – 09; votaram – 08. *Docentes*
63 *Bancada Geral.* Lalo Watanabe Minto (titular) – 21 votos; Soely Ap. Jorge Polydoro (1ª
64 suplente) – 19 votos; Maria Ap. Guedes Monção (2ª suplente) – 17 votos; Maurício
65 Ernica (3º suplente) – 13 votos; brancos – 0; nulos – 2 votos; votantes – 82; votaram – 72.
66 Aproveitou para cumprimentar os docentes eleitos e agradeceu em nome da Direção à
67 disposição desses docentes em colaborar com a Faculdade. Em seguida, o **Professor Renê**
68 **Trentin** submeteu os **itens 01 a 04** à votação, os quais foram homologados por
69 unanimidade. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou para o item **C.**
70 **DELIBERAÇÃO.** O **Professor Renê Trentin** perguntou se havia algum destaque a
71 ser feito pelos conselheiros, além dos itens já destacados pela Direção. A **Professora**
72 **Ana Lúcia Horta** solicitou destaque para os **itens 05 a 10**. Em seguida, o **Professor Renê**

73 **Trentin** submeteu os itens não destacados e, colocados em votação, foram aprovados
74 por unanimidade. **b. DEPARTAMENTOS.** **11.** Solicitação do Prof. Dr. Alexandre
75 Henrique Paixão – Departamento de Ciências Sociais na Educação, da prorrogação
76 do exercício de atividades simultâneas junto ao Centro de Formação e Assistência à
77 Saúde (CEFAS), no período de 6 meses, a partir de 10/10/2020 a 10/03/2021. Of.
78 DECISE nº 060/2020. **12.** Solicitação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque
79 Miranda – Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, do
80 exercício de atividades simultâneas para atuar como presidente da Associação de
81 Leitura do Brasil – ALB, no período de agosto/2020 a julho/2022. Of. DELART nº
82 051/2020. **13.** Relatório de Atividades Docente – Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo
83 Prado – Departamento de Ensino e Práticas Culturais. Período: 01/05/2015 a
84 30/04/2020. Of. DEPRAC nº 72/2020. **14.** Solicitação de afastamento para Pós-
85 Doutorado do Prof. Dr. Luciano Pereira – Departamento de Ciências na Educação, no
86 período de 01/03 a 31/12/2021, junto ao Centre de Recherches Sociologiques et
87 Politiques de Paris – França. Of. DECISE nº 062/2020. **15.** Relatório de Semestre
88 Sabático do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi – Departamento de Filosofia e História
89 da Educação, durante o 1º semestre de 2020. Of. DEFHE nº 070/2020. **16.** Relatório
90 de Semestre Sabático do Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar – Departamento de Políticas,
91 Administração e Sistemas Educacionais, no período de 01/01 a 01/07/2020. Of.
92 DEPASE nº 058/2020. **c. COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO.** **17.** Alteração do
93 artigo 2º do Regimento da Comissão de Estágios da FE, que trata da composição da
94 CE. Ofício Graduação/FE nº 48/2020. **18.** Criação de Disciplinas. Aprovado “*ad*
95 *referendum*” da CG. Of. Grad. nº 051/2020. **a.** AMxx – Research Seminar in the School
96 Curriculum Areas, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Maria Inês de Freitas Petrucci
97 dos Santos Rosa. **b.** Amyy – Current Education Policy Issues, Turma A, sob a
98 responsabilidade da Profa. Dra. Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis. **d.**
99 **COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO.** **20.** Proposta de Reoferecimento do Curso de
100 Extensão-S EDU-0294 – Para uma educação inovadora com tecnologia digital, sob a
101 responsabilidade do Prof. Dr. Sérgio Ferreira do Amaral. Parecer CEFE nº 024/2020.
102 **21.** Proposta de Oferecimento do Curso de Extensão-S EDU-0325 – Educação para
103 a paz – pistas e recomendações, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Orly Zucatto
104 Mantovani de Assis. Parecer CEFE nº 025/2020. **22.** Relatório Final de Atividades do
105 Convênio entre a Unicamp e a Fundação Síndrome de Down, sob a execução da
106 Profa. Dra. Maria Teresa Egler Mantoan. Processo 19-P-29.838/2014. Parecer CEFE
107 nº 023/2020. **23.** Relatório de Prestação de Contas 2019 referente ao Convênio
108 927.19 – Cursos de Extensão. Parecer CEFE nº 022/2020. **e. COORDENAÇÃO DE**

109 **PÓS-GRADUAÇÃO. PROGRAMA DE PESQUISADOR DE PÓS-DOCTORADO. 24.**
110 Profa. Dra. Ana Gomes Porto. Renovação no PPPD. Supervisão da Profa. Dra.
111 Heloisa Helena Pimenta Rocha. Período: 01/01 a 31/12/2021. Informação CPG nº
112 086/2020. **25.** Prof. Dr. Rogério Rech. Relatório Final no PPPD. Supervisão do Prof.
113 Dr. Dermeval Saviani. Informação CPG nº 085/2020. **26.** Profa. Dra. Franciana
114 Caneiro de Castro. Relatório Final no PPPD. Supervisão do Prof. Dr. Dario Fiorentini.
115 Informação CPG nº 085/2020. **CREDENCIAMENTO JUNTO AO PPGE E MP. 27.**
116 Profa. Dra. Alessandra Rodrigues de Almeida, renovação do credenciamento como
117 Professor Colaborador, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
118 e ao Mestrado Profissional de Educação Escolar (MP). Informação CPG nº 088/2020.
119 **28.** Prof. Dr. Sérgio Aparecido Lorenzato, renovação do credenciamento como
120 Professor Permanente, junto ao Mestrado Profissional em Educação Escolar (MP).
121 Informação CPG nº 088/2020. **29.** Prof. Dr. Daniel Fernando Bovolenta Ovigli,
122 credenciamento como Professor Visitante, junto ao Programa de Pós-Graduação em
123 Educação (PPGE), para orientação da tese de doutorado da estudante Anie Caroline
124 Gonçalves Paixão. Informação CPG nº 088/2020. **30.** Prof. Dr. Antonio Miguel,
125 renovação do credenciamento como Professor Colaborador, junto ao PPGE.
126 Aprovado “*ad referendum*” da CPG. Informação CPG nº 089/2020. **31.** Prof. Dr.
127 Ezequiel Theodoro da Silva, renovação do credenciamento como Professor
128 Permanente, junto PPGE. Aprovado “*ad referendum*” da CPG. Informação CPG nº
129 089/2020. **RECONHECIMENTO DE DIPLOMA. 32.** Maria Aparecida Reis Conceição
130 (Doutorado em Ciências da Educação). Processo 01-P-7520/2019. Título do Trabalho:
131 “*A mediação de conflito como instrumento para a redução da violência escolar:*
132 *vivência com os alunos do C.E. Pe. Palmeira – Salvador/BA*”. Ano de conclusão: 2018.
133 Local: Universidad Interamericana, Paraguay. Parecer desfavorável da Comissão de
134 Especialistas. Informação CPG nº 095/2020. A seguir, o **Professor Renê Trentin**
135 colocou em votação a proposta de alteração na ordem da pauta, começando a
136 discussão pelo **item 19**. Proposta de Convênio entre a Unicamp e o Instituto Unibanco,
137 sob responsabilidade da Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha. Parecer CEFÉ nº 026/2020.
138 Aprovada por unanimidade. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** propôs passar a
139 palavra para a Chefia do Departamento onde o tema foi inicialmente discutido. Em
140 seguida passaria a palavra para a Coordenação de Extensão, instância em que o
141 projeto foi examinado. Posteriormente passaria a palavra às proponentes, uma vez
142 que solicitaram presença na reunião, o que é uma conduta de praxe que a Faculdade
143 tem adotado há muito tempo. Finalmente, abriria a fala aos membros da Congregação.
144 A **Professora Ana Aragão** perguntou se os estudantes também fariam, ao que o

145 **Professor Renê Trentin** respondeu afirmativamente, quando fossem abertas as
146 inscrições, visto que também eram membros da Congregação. A **Professora Fabiana**
147 **Rodrigues** perguntou como a reunião funcionaria depois dessa primeira
148 apresentação. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que a dinâmica seria a mesma
149 de sempre, com abertura de inscrições e estabelecimento de um teto para cada fala,
150 até que todos se sentissem suficientemente informados para votar. A **Professora**
151 **Fabiana Rodrigues** externou sua dúvida quanto à permanência das proponentes,
152 Profa. Telma e Profa. Ana, no momento da discussão, pois, para ela, o formato é
153 importante para saber como será conduzido o debate. O **Professor Renê Trentin**
154 esclareceu que a forma que tem sido adotada até agora é a pessoa responsável pela
155 proposta permanecer até o momento de sua votação. Lembrou que foi assim inclusive
156 na última Congregação, quando a Profa. Chantal Medaets permaneceu por cerca de
157 uma hora, ficando até o final, inclusive para prestar esclarecimentos. A **Professora**
158 **Fabiana Rodrigues** ponderou que no caso da Profa. Chantal, não se tratava de tema
159 polêmico em que a presença da proponente pudesse interferir nos ânimos.
160 Considerou que o debate deveria ser bastante aberto e que tinha receio quanto à
161 presença das proponentes. Por isso, gostaria de ouvir os colegas sobre o formato do
162 debate. Lembrou que a Congregação estava sendo transmitida e que ninguém
163 deixaria de acompanhar o que estava sendo debatido. O **Professor Renê Trentin**
164 disse que entendia a posição da Profa. Fabiana, mas que se tratava de duas
165 professoras da casa que estavam apresentando uma proposta formal, dentro dos
166 trâmites institucionais, e que o formato proposto era praxe na Faculdade há bastante
167 tempo. Esclareceu que citou o caso da Profa. Chantal por ter sido o primeiro que lhe
168 ocorreu, mas que não era o único e que tivemos vários momentos em que até pessoas
169 da comunidade externa que haviam trazido propostas, vieram apresentá-las. Por isso,
170 não via por que a presença delas pudesse inibir, constranger ou intimidar os
171 presentes. A **Professora Fabiana Rodrigues** insistiu na necessidade de discussão
172 do formato e o **Professor Renê Trentin** propôs ouvir os presentes sobre o assunto.
173 Como não houve manifestação, anunciou que poria em votação o encaminhamento
174 sugerido: falaria em primeiro lugar o Departamento, em seguida a Coordenação de
175 Extensão, depois as professoras proponentes e, em seguida, abertura para discussão,
176 deixando a critério delas decidir se permaneceriam ou não durante a discussão, pois
177 não caberia à Direção da Faculdade inibir a presença de duas professoras da casa. A
178 **estudante Júlia Oliveira** apresentou a proposta, escrita no chat, de que as
179 professoras proponentes saíssem durante a votação. A **Professora Alexandrina**
180 **Monteiro** reforçou a fala da Profa. Fabiana Rodrigues lembrando o caráter público da

181 reunião e que era bom tê-las presentes para prestarem esclarecimentos, mas se elas
182 fossem participar do debate, não haveria por que apresentarem o projeto antes. Elas
183 entrariam juntamente com o grupo da Congregação para debater. Por outro lado, se
184 houvesse apresentação inicial, considerando que têm um panorama claro da
185 proposta, uma vez apresentada, caberia à Congregação discutir e votar. Entende que
186 era esse o sentido da fala da Profa. Fabiana. O **Professor Renê Trentin** esclareceu
187 que era assim que a Congregação tem feito costumeiramente. Estaríamos fazendo
188 algo diferente exclusivamente nesse caso. Ponderou que talvez fosse o caso de pedir
189 a elas que saíssem no momento da votação, mas pensava ser interessante que
190 ficassem, ao menos para dar os esclarecimentos necessários para que as pessoas
191 votassem corretamente. Esse, no fundo, era o espírito da presença delas. A
192 **Professora Telma Vinha** esclareceu que aquela era a segunda vez que vinha à
193 Congregação apresentando proposta de convênio. Lembrou que na primeira,
194 apresentou, participou do debate e ficou até o fim da votação. Questionou por que o
195 procedimento seria mudado agora, por se tratar de um projeto polêmico. Por sermos
196 uma casa e dialogarmos, propôs que fosse mantido o mesmo procedimento
197 usualmente adotado com qualquer projeto apresentado. O **Professor Luciano**
198 **Pereira** chamou a atenção para o fato de que a fala da Profa. Fabiana chamava a
199 atenção para o caráter público da Congregação, que tem conselheiros eleitos e é
200 composta por gestores e quem participa da votação são esses membros da
201 Congregação. Por isso, ficava preocupado com o cuidado com nossa instituição. A
202 **Professora Carolina Catini** destacou a necessidade de se garantir o tempo suficiente
203 para o debate da proposta, que contava com muitas páginas de projeto, de minuta, de
204 parecer de departamento, e agora haveria também o momento de fala e de
205 apresentação. E era preciso garantir que, no momento de debate, todos que
206 quisessem, pudessem se manifestar, visto que a fala já estava bastante tomada pelas
207 proponentes, pela apresentação e pelos documentos. Aquele seria o segundo
208 momento de debate entre professores, estudantes e funcionários; o primeiro havia
209 sido na CEFÉ e havia muita coisa a ser falada. Então, caberia restringir um pouco no
210 momento do debate, para que outras falas pudessem ser colocadas e tivéssemos a
211 diversidade de posições. O **Professor Renê Trentin** colocou em votação o
212 encaminhamento sugerido inicialmente: falaria em primeiro lugar o Departamento, em
213 seguida a Coordenação de Extensão, depois as professoras proponentes e,
214 finalmente, abrir-se-ia a discussão, e elas permanecem até o momento da votação. A
215 proposta foi aprovada com 12 votos favoráveis; 10 votos contrários e 1 abstenção. A
216 seguir, o **Professor Renê Trentin** passou a palavra à Profa. Lilian Nascimento, chefe

217 do DEPE. Antes, porém, o **Professor Alexandro Paixão** esclareceu que o tempo de
218 fala das convidadas seria de 15 minutos e dos demais seria de 3 a 5 minutos. A
219 **Professora Lilian Nascimento** iniciou sua fala manifestando sua preocupação pela
220 forma como as colegas proponentes do projeto foram tratadas durante todo o período
221 de discussão, uma vez que receberam muitos ataques nas redes sociais e não
222 receberam o respeito devido. Com isso tiveram consequências afetivas, pela forma
223 como elas foram expostas fora da Unicamp, fora do Estado e fora do país. Após essas
224 considerações, informou brevemente os procedimentos que o departamento teve em
225 relação ao projeto. O mesmo foi aprovado sem votos contrários na reunião do
226 departamento de 05 de agosto, após ser debatido democraticamente, com posterior
227 encaminhamento à CEFE. O ponto de partida para a análise do DEPE se deu com
228 base nas normativas tanto da FE quanto da Unicamp. Saliou que a análise não se
229 restringiu a isso, o que pode ser constatado através do parecer elaborado pelo
230 departamento, e buscou-se compreender se as ações propostas estavam de acordo
231 com os princípios gerais do regimento da extensão e cada um dos princípios foi
232 detidamente discutido. Destaca-se o caráter emancipatório do projeto ser
233 desenvolvido em instituições públicas, envolvendo milhares de participantes,
234 democraticamente considerado no desenvolvimento do projeto. Além disso o projeto
235 explicita diretamente sua intenção de confrontar a militarização das escolas em
236 contraposição às expectativas do governo federal para a educação. Destacou também
237 que esse procedimento foi adotado pelo DEPE, respeitando e valorizando todas as
238 instâncias deliberativas da FE. Frisou que o departamento entende que a CEFE é o
239 local de discussão do projeto, mas não poderiam deixar de considerar a análise que
240 o departamento havia feito, que era necessária e também a forma correta de
241 encaminhamento. Valoriza o espaço da Congregação como formas de debate e
242 diálogo, respeitando a diversidade e as colegas. Destacou que o projeto não era o
243 mesmo apresentado em 2019, e que todas as questões preocupantes que foram
244 destacadas pela Congregação naquela época, foram cuidadas. Em seguida, a
245 **Professora Lilian Nascimento** fez alguns apontamentos para a discussão: o projeto
246 embora integrado ao Programa Jovem do Futuro, pretende ser exatamente contra
247 hegemônico. Ele se dará nos estados em que o Projeto Jovem do Futuro já existe há
248 anos, e as pesquisadoras vão propor junto aos professores uma reflexão interna ao
249 próprio Programa Jovem do Futuro; os professores de 940 escolas que participarão
250 do projeto tem total autonomia e não serão tutelados pelas coordenadoras do projeto;
251 o engajamento com a escola pública e a qualidade de experiência em pesquisa no
252 contexto educativo das proponentes Profa. Telma Vinha e Profa. Ana Aragão, que são

253 as executoras do projeto. Salientou que tinha alguns pedidos de esclarecimento à
254 CEFE, uma vez que as falas do representante do departamento não foram
255 contempladas no parecer. O **Professor Renê Trentin** informou que ela poderia pedir
256 para se inscrever posteriormente e pedir os esclarecimentos. A **Professora Ana**
257 **Lúcia Horta** informou que desde a CEFE recebeu o primeiro contato das professoras
258 proponentes do convênio, a CEFE decidiu discutir de forma bastante transparente e é
259 importante marcar que a retirada de pauta da reunião da CEFE de agosto foi
260 extremamente legítima, e de certo modo isso acabou causando um ruído maior do
261 que o necessário. O Parecer da CEFE, o qual ela acabou finalizando a redação,
262 procura trazer os argumentos fundamentais que foram apresentados na reunião da
263 CEFE da semana anterior. Salientou que de forma alguma o parecer tem a pretensão
264 de ser uma ata da reunião. Ele não corresponde a uma transcrição da reunião, nem a
265 uma apresentação sequencial do que foi a reunião. O parecer se propôs a destacar
266 os principais argumentos. Informou que redigiu uma primeira versão, circulou pela
267 comissão, acolheu as sugestões dos membros, é possível que algumas coisas
268 tenham ficado, mas ele não pretende ser uma ata, é um parecer que destaca a CEFE.
269 Considera que vários trechos sugeridos pela representante do DEPE foram
270 incorporados. Se tiver ficado algum detalhe, pode ter sido por alteração na forma de
271 redação para adequar aos demais itens. Salientou que optaram por apresentar o
272 parecer, que traz algumas considerações gerais sobre o desconforto dos
273 desdobramentos da discussão do parecer, o que no âmbito da CEFE foi bastante
274 discutido, no sentido de reiterar a importância do respeito às diferentes posições, a
275 necessidade do debate, a CEFE como espaço desse debate e a necessidade de que
276 se reconhecesse que a CEFE não é somente o lugar de verificar normas, mas sim
277 princípios, políticas, e outras questões que vão além da própria proposta. O
278 entendimento é de que o que cabe à CEFE é análise do objeto do convênio, que é a
279 parceria entre a Unicamp e o Instituto Unibanco. Lembrou que cabe à CEFE
280 assessorar a Congregação e apresentar um parecer com argumentos para o debate.
281 Por quê? Porque no processo de votação se chegou a uma posição de empate e a
282 Coordenação entendeu que não tinha a prerrogativa do voto de minerva. O nosso
283 regimento em local algum menciona a figura decisória, no caso de empate. Seria
284 bastante temerário que a Coordenação assumisse um voto de minerva sem esse
285 respaldo, seria muito frágil esse voto. Sendo assim, a comissão optou por apresentar
286 os argumentos favoráveis e os argumentos contrários à aprovação da proposta.
287 Finalizou dizendo que os argumentos favoráveis se voltam para a proposta, e os
288 argumentos contrários se voltam para a questão do Instituto Unibanco e sua atuação

289 na educação brasileira, e para alguns trechos da minuta e do projeto. Os argumentos
290 são de natureza e tem como objeto questões muito diferenciadas. Isso é fundamental
291 para se considerar em termos da contribuição que a CEFE pôde apresentar. A seguir,
292 a palavra foi passada para a Profa. Telma Vinha e Profa. Ana Aragão que teriam 15
293 minutos cada uma para fazer sua apresentação. A **Professora Telma Vinha** informou
294 que lia um arrazoado sobre o tema: “Prezados Membros da congregação, bom dia.
295 Falo em meu nome e da Professora Ana Aragão. Vocês têm acompanhado os
296 intensos debates que essa proposta provocou nessa comunidade e, devido ao pouco
297 tempo que temos para expor nossa perspectiva, elaboramos um arrazoado que lerei
298 a seguir. Há mais de 20 anos estudo e desenvolvo pesquisas na área de melhoria da
299 qualidade da convivência e do clima escolar e como favorecer o desenvolvimento da
300 autonomia moral em escolas. Ana, há mais tempo ainda, atua com formação de
301 profissionais e propostas de transformação acordadas em escolas públicas de forma
302 reflexiva e crítica. Além de outros grupos, integramos o GEPEM, Grupo de Estudos e
303 Pesquisas em Educação Moral. Em 2014 e 2015 desenvolvemos, junto com o
304 GEPEM, um projeto em duas escolas municipais de ensino fundamental de Campinas
305 que teve como objetivo promover a formação, oportunidades e espaços para a
306 convivência ética e democrática, favorecendo a autonomia; e também buscamos
307 promover a qualidade positiva do clima escolar e do processo de resolução de
308 conflitos, prevenindo e enfrentando violências comuns nas escolas, tais como bullying
309 e outras formas de agressão e intimidação. Como tivemos bons resultados, em 2016,
310 recebemos os convites das Secretarias de Educação de Campinas e de Paulínia para
311 desenvolvermos o projeto em outras unidades. Fizemos, assim, convênios entre a
312 Faculdade de Educação e as duas prefeituras, contudo, devido a limitação da equipe
313 disponível conseguimos atuar apenas com 10 escolas. Esse projeto, que teve a
314 duração de dois anos, envolveu mais de 120 horas de formação dos profissionais em
315 cada escola, foi investido na melhoria da qualidade das relações e na revisão de
316 regras e sanções injustas e desnecessárias nas instituições. Foram introduzidos
317 momentos para trabalhar com os alunos questões sociomoris e a convivência como
318 objeto de conhecimento. Houve a implantação de assembleias de docentes e de
319 estudantes em todas as turmas, de equipes de apoio entre os pares e de espaços de
320 mediação de conflitos, entre outros procedimentos. As diversas formas de avaliação
321 realizadas mostraram muitos avanços, contudo, encontramos dificuldades
322 relacionadas a sustentabilidade das mudanças conseguidas; também tivemos
323 dificuldades na articulação entre as unidades escolares, as regionais e a secretaria e
324 ainda de conseguir levar o projeto para demais escolas das redes. Achávamos que

325 fazíamos muito atuando com 10 unidades, mas o que são 10 diante das milhares de
326 escolas públicas que temos nesse país? Destacamos também que os materiais que
327 elaboramos foram artesanais, textos em pdf ou word sem editoração, apresentações
328 simples em power point. Quando houve a tragédia na escola de Suzano no ano
329 passado, o GEPEM foi procurado pela Secretaria de Educação do Estado de São
330 Paulo para ajudar na superação do ocorrido. A busca de auxílio por escolas e
331 secretarias quando os problemas, muitas vezes bastante graves, já estão instaurados,
332 tem acontecido com muita frequência, e ainda são poucas aquelas que conseguem
333 atuar de forma a prevenir as violências e propiciar relações e espaços promotores da
334 autonomia moral. Infelizmente, não conseguimos atender a maior parte desses
335 pedidos. Trazemos tais informações para contextualizar um cenário que nos inquieta,
336 mas que também nos motiva a apresentar esse projeto. Esses mesmos princípios de
337 uma educação emancipadora, aperfeiçoados e ampliados, são a base do convênio
338 que estamos propondo. Trabalhamos intensamente com uma equipe de
339 pesquisadores pertencentes a diferentes instituições, tais como Unesp e Unifesp, e
340 também pós-graduandos da FE, para desenhar uma proposta que pudesse ganhar
341 dimensão, escala, articular as diversas instâncias e gerar transformações sustentáveis
342 na cultura das escolas. A ideia é atuar com 950 escolas de ensino médio em duas
343 redes estaduais, de início. Contudo, pretendemos, no futuro, expandir esse projeto
344 para outras redes. Para viabilizar esse trabalho e a transformação em grande escala
345 a proposta do convênio foi feita com o Instituto Unibanco. Para conseguirmos atingir
346 toda a rede e promover ações em longo prazo de forma a favorecer mudanças
347 paulatinas estamos associando o projeto ao programa Jovem de Futuro. Quando
348 dizemos toda a rede significa trabalhar com conteúdos e processos de transformação
349 semelhantes, como, por exemplo, mediação de conflitos, com a secretaria,
350 supervisores, gestores, professores, estudantes, funcionários e famílias (em
351 momentos diferentes e de forma integrada). O Jovem do Futuro é um programa de
352 gestão que faz um alinhamento entre a secretaria, regionais e escolas e assim
353 poderemos usufruir dos processos de interação e comunicação estabelecidos entre
354 essas três instâncias, o que é muito favorável para a escala e a coerência entre os
355 níveis, assim como para a sustentabilidade. Conheço profundamente este programa.
356 Falo de um lugar de quem ouviu e acompanhou por 2 anos gestores de 30 escolas,
357 que estavam implantado o Jovem de Futuro no Rio Grande do Norte. Realizamos uma
358 avaliação responsiva e participativa com estes profissionais. Identificamos como o
359 Programa colaborou na organização das escolas, apoiando os processos de gestão,
360 mas também foram apontadas pelos gestores, limitações e formas de melhorias deste

361 programa. O projeto de convivência está sendo proposto para ser introduzido nos
362 Estados do Ceará e do Espírito Santo em lugares nos quais o Jovem de Futuro já
363 acontece há mais de seis anos, já foi adaptado e incorporado como política local.
364 Planejamos realizar um processo de intenso diálogo e construção coletiva com as
365 Secretarias Regionais e escolas, antes de iniciarmos, adaptando as necessidades, as
366 realidades e aos programas já existentes nessas redes. Pretendemos elaborar
367 materiais formativos de qualidade, como as escolas públicas merecem, como vídeos
368 diversos, animações, ebooks, aplicativos, ferramentas online para participação.
369 Seremos as detentoras da propriedade intelectual desses materiais e todos serão
370 públicos e gratuitos, sendo vetado uso comercial. Ressaltamos que não haverá
371 nenhum custo para os estados. É importante esclarecer que o Instituto Unibanco foi
372 criado há 35 anos, recebeu um aporte inicial vultoso e não depende mais de nenhuma
373 captação financeira. Ao participar do Centro de Pesquisas Transdisciplinares em
374 Educação (CPTe), que envolve pesquisadores de diferentes áreas e instituições,
375 tenho dialogado com profissionais desse instituto que desenvolvem os programas e
376 tomam as decisões. Sem dúvida que temos divergências e algumas coisas
377 conseguimos influenciar e outras, não. Defendemos que, mesmo que não
378 concordemos com a intervenção privada na educação pública, se tivermos a
379 oportunidade de interferir ativamente dentro dessas instituições, não devemos nos
380 furtar a este dever. Não basta termos opiniões divergentes e ficarmos presos em
381 nossos "mundos", discursando para nós mesmos. Se temos a oportunidade de
382 interferir nas decisões, não sendo apenas espectadores ou opositores, temos, sim,
383 que ser sujeitos ativos nesses processos, utilizando a experiência e o conhecimento
384 adquiridos por meio de pesquisas e trabalhos sérios, desenvolvidos ao longo de anos
385 de atuação na área da educação. As secretarias de educação em que pretendemos
386 iniciar o projeto, contam com profissionais qualificados e críticos, estando na Gestão
387 dessas secretarias, cientistas sociais, historiadores, com Mestrado e Doutorado em
388 ciências humanas. Esses Secretários também leram o manifesto elaborado pelos
389 estudantes e assinam uma nota com um posicionamento que será lida ao final dessa
390 nossa fala. Quem leu o projeto de convivência teve oportunidade de perceber que a
391 proposta tem objetivos claros e bem delimitados. Qualquer alteração, aditamento ou
392 reestruturação deverá ser analisado e aprovado por esta mesma Congregação. Não
393 se pode, assim, imaginar que estaremos, com este convênio, 'abrindo as portas para
394 a privatização da FE'. Isso não é possível ou legítimo. Destacamos, ainda que cada
395 vez mais tem havido colaborações e parcerias entre a nossa Universidade e empresas
396 privadas e do terceiro setor, o que não significa que a Unicamp tenha sido privatizada.

397 De acordo com a Funcamp, nos últimos 5 anos, de 2015 a 2019, foram realizados:
398 129 convênios de pesquisa e desenvolvimento e prestação de serviços celebrados
399 com instituições públicas e 383 convênios com instituições privadas, ou seja, quase o
400 triplo. E por que apresentamos estes dados? Para mostrar que a nossa proposta não
401 é inédita e nem contraditória com uma Universidade pública, gratuita e socialmente
402 referenciada. Outro exemplo em outras universidades? A Cátedra de Educação
403 Básica sediada no Instituto de Estudos Avançados da USP, é financiada pela
404 Fundação Itaú Social e integram pesquisadores como Nilson Machado, Luís Carlos
405 Menezes, Lino de Macedo, Helena Singer, Bernadete Gatti, entre outros profissionais
406 reconhecidos em suas áreas. A USP foi privatizada? Esperamos que não! Foi
407 amplamente discutido na lista dos docentes que em outros momentos, nossa
408 Faculdade estabeleceu parcerias e recebeu doações de diferentes Institutos e
409 fundações sem que ninguém se corrompesse ou perdesse a autonomia. Claro que
410 isso não é novidade para ninguém. Quando se afirma que *'Vincular a pesquisa da*
411 *Faculdade de Educação da Unicamp a instituições privadas é privar a nossa instituição*
412 *da autonomia no desenvolvimento das pesquisas e seus resultados'*, perguntamos
413 que tipo de vínculo é esse que nos tira autonomia de pesquisa? E que imagem a
414 sociedade e os alunos têm de nós, ao achar que a Faculdade de Educação como
415 instituição perde sua autonomia? Em que o convênio, com delimitação clara de
416 atuação, sinaliza nesse sentido? A autonomia universitária é um dos pilares desta
417 Universidade e foi conquistada com lutas das quais muitos de nós participamos como
418 estudantes, funcionários e professores. Alguns nos perguntam, mas por que como
419 convênio? Por que não como doação ou bolsa? A nossa Universidade orienta a
420 institucionalização das ações dos docentes. Além disso, um projeto como o que
421 estamos propondo leva tempo para ser construído e implementado. Viabilizar esse
422 tipo de projeto envolve custos e garantias para que possa ser desenvolvido. Assinar
423 um convênio de longa duração, como os quatro anos como propusemos, nos dá essa
424 garantia. Nesta proposta está sendo mostrado tudo que vai ser feito, como e por quem.
425 Uma leitura cuidadosa do projeto mostrará que ao invés de submissão ao terceiro
426 setor, o que transparece é uma proposta de intervenção emancipadora para a
427 educação pública. Uma estratégia que tem sido utilizada pelos críticos do convênio é
428 buscar *'desvincular'* o conteúdo ou a proposta focando apenas nos *'fundamentos'* da
429 parceria do Instituto Unibanco com a Faculdade de Educação, não discutindo sobre o
430 que projeto está tratando. Como se um convênio ocorresse no vazio. Ora, não se trata
431 de uma associação da FE com o Instituto Unibanco ampla e irrestrita, mas ela tem um
432 propósito com delimitação muito específica de atuação de ambas as partes, sendo

433 direcionado, principalmente, ao trabalho com a convivência ética e democrática com
434 as escolas públicas. Ficamos pensando se seria de interesse de algumas pessoas
435 que não se discuta o conteúdo do projeto, afinal como podemos dizer que há alguém
436 que é contra a Universidade contribuir com centenas de escolas? Também não é do
437 interesse que se apresente a equipe que integra o projeto, pesquisadores
438 reconhecidos nessa área de atuação. A omissão deliberada de tais conteúdos faz com
439 que, por exemplo, as pessoas não tenham informações suficientes para analisar a
440 adesão ao manifesto. O parecer do Departamento de Psicologia Educacional aponta
441 claramente as contribuições que o convênio pode trazer, ‘detalhe’ sequer mencionado
442 em outras análises. Destacamos que a proposta apresentada atende não apenas ao
443 nosso Regimento da Extensão, que foi construído coletivamente e aprovado no final
444 de 2018, mas é coerente também com a Política Institucional da FE, que permite a
445 parceria com instituições privadas. Atende ainda ao critério de dar ênfase nos
446 sistemas públicos de ensino. Temos o parecer altamente favorável do DEPE, sem
447 nenhum voto contrário. Temos também um empate na Comissão de Extensão que
448 reconheceu ‘o esmero e cuidado da professoras proponentes em atender todas as
449 questões legais e formais’. Defender a atenção e respeito a regramentos
450 democraticamente estabelecidos por nós nesta Faculdade é ser legalista? O
451 Regimento deve ser seguido em todas as situações, não apenas quando em
452 coerência com as crenças e concepções individuais ou de determinados grupos. Se
453 não nos pautarmos na legislação construída pela própria Faculdade, estamos
454 legitimando o casuísmo. As legislações que nos regulam, como o Regimento Geral da
455 UNICAMP, e até mesmo a Constituição, asseguram a nós, docentes, a liberdade de
456 cátedra e a pluralidade de posições teóricas e pedagógicas. Corremos o risco do
457 pensamento único e da vigilância de uma suposta ortodoxia política. Perdemos todos
458 quando só aceitamos falar com iguais, em termos científicos e também políticos e
459 ideológicos. Além do que foi até aqui exposto, quero destacar que há alguns meses
460 tenho estudado o processo de militarização das escolas públicas, que se caracteriza,
461 principalmente, na contratação de policiais militares que cuidam da disciplina dos
462 estudantes, enquanto os professores e coordenadores formam a equipe pedagógica.
463 Essas escolas adotam mecanismos disciplinares presentes nos quartéis, como a
464 obediência à hierarquia, a imposição de normas e uma disciplina rígida. No ano
465 passado o MEC apresentou Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM
466 - que pretende implantar 216 dessas escolas no país até 2023. O fato é este: há
467 escolas militarizadas em pelo menos 22 estados. Foi anunciado, no mês passado que
468 o Paraná pretende militarizar 200 escolas públicas. Na Bahia, por exemplo, havia pelo

469 menos 83 dessas escolas municipais em 2019. A FE teve importantes ações contra o
470 PECIM: eventos, manifestos, artigos, dos quais participamos ativamente. Contudo se
471 tais atos são importantes para marcar um posicionamento, discutir o problema, barrar
472 um processo, pouco contribuem para mudar a realidade das escolas que enfrentam
473 diariamente problemas de convivência e apresentam muitas dificuldades para
474 promover a participação e o diálogo. Num país em que atualmente a principal política
475 pública na área da convivência escolar é um programa de militarização das escolas,
476 a Faculdade de Educação vai se opor a um convênio com propostas claras e
477 delimitadas que tem como propósito contribuir com centenas de escolas públicas no
478 fortalecimento dos valores democráticos sem nenhum custo para as redes? Um
479 projeto que pode melhorar a vida de professores, gestores, funcionários e,
480 principalmente, de alunos? Que compromisso é esse com a escola pública que tanto
481 defendemos? As escolas cívico-militares continuarão avançando. Faremos uma nova
482 moção e novos manifestos contra isso e lavaremos nossas mãos? Para finalizar, é,
483 para nós, motivo de indignação ver a situação de inúmeras escolas que, muitas vezes,
484 empregam procedimentos coercitivos, por desconhecerem outras formas mais
485 construtivas de lidar com os problemas de convivência. Gera indignação ver milhares
486 de jovens com poucas oportunidades de participação e formação crítica necessária
487 para que façam uma leitura de mundo e tenham um desenvolvimento que os permita
488 questionar e transformar o que está dado. Estamos imersos numa sociedade
489 capitalista dominada pelo neoliberalismo. E, mais do que tecer críticas, precisamos
490 encontrar caminhos, fazer propostas, traçar planos de transformação e influir onde é
491 possível. Assim, além das críticas, devemos ser propositivos, transformadores e
492 buscarmos contribuir para uma educação emancipadora, que promova a reflexão
493 crítica, não ingênua do mundo e uma formação para a autonomia. O Instituto
494 Unibanco, assim como os estados parceiros, tem acompanhado o que está
495 acontecendo e receberam também o manifesto dos estudantes. Ontem, os secretários
496 de educação dos estados do Ceará, Espírito Santo e Piauí, assinaram em conjunto
497 uma nota de esclarecimento a essa Congregação. Agradeço a atenção e a escuta
498 atenta dos membros dessa congregação.” Passou a palavra para a Profa. Ana Aragão
499 que leu uma nota dos Secretários de Educação dos estados do Ceará, Espírito Santo
500 e Piauí. A **Professora Ana Aragão** leu a nota que diz o seguinte: “20 de outubro de
501 2020. Nós, secretários de educação abaixo assinados, reiteramos nosso
502 compromisso com a educação pública gratuita e de qualidade. Como governos
503 legítimos, eleitos democraticamente, definimos a política estadual para a área de
504 educação de forma autônoma e soberana. Quando estabelecemos parcerias com

505 organizações da sociedade civil, o fazemos com o objetivo explícito de contribuir para
506 a qualidade da educação, delimitando com muito rigor os processos e mantendo
507 sempre o controle sobre as ações. Esclarecemos que nossa parceria com o Instituto
508 Unibanco é respeitosa, de longa data, produtiva, com profissionais dedicados à
509 educação pública de qualidade e tem como foco principal contribuir para os processos
510 de gestão que integram as três instâncias: órgão central da secretaria, diretorias
511 regionais e equipes gestoras de todas as escolas dos nossos estados. É uma parceria
512 que vem se mostrando frutífera ano a ano, não envolve qualquer transferência de
513 recursos e tem alcançado ótimos resultados no aumento da proficiência de nossos
514 alunos do ensino médio e na diminuição da evasão. Subscrevemos: Eliana Estrela –
515 Secretária de Educação do Estado do Ceará – Governo PT; Vítor de Angelo –
516 Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo – Governo PSB; Ellen Gera –
517 Secretária de Educação do Estado do Piauí – Governo PT”. O **Professor Alexandro**
518 **Paixão** frisou que iria estender o tempo de fala a todos. O **Professor Renê Trentin**
519 observou que era importante ouvir para se ter clareza das posições para decidir com
520 tranquilidade. Naquele momento, informou que estavam abertas as inscrições. O
521 **Professor Luciano Pereira** colocou uma questão de ordem, dizendo que queria
522 entender melhor o critério adotado em relação à repartição do tempo, porque foi
523 proposto na CEFE que a Coordenadora da Extensão tivesse mais tempo para explicar,
524 principalmente do ponto de vista institucional, e para poder contemplar o parecer da
525 CEFE. Então achou estranho a Chefia do Departamento ter 3 minutos, a
526 Coordenadora de Extensão da Faculdade de Educação ter 3 minutos, o que do ponto
527 de vista institucional fica bem aquém de uma igualdade de um caráter público da
528 Faculdade de Educação, como tem sido falado; e na hora da apresentação das
529 proponentes é dado 15 minutos, e depois se estende por mais 4 minutos e depois tem
530 a leitura de um manifesto. Daí fica a pergunta: quem está cuidando dos aspectos
531 públicos da Faculdade de Educação e das regras da Faculdade de Educação? Queria
532 saber por que foi dado apenas 3 minutos para a Coordenadora de Extensão e se esse
533 tempo será suficiente. O **Professor Alexandro Paixão** destacou que foi dado 8
534 minutos à Coordenadora, para a Profa. Lilian foi dado 7 minutos e os convidados
535 sempre têm 15 minutos e falaram 4 minutos a mais. Ressaltou que o tempo seria
536 estendido a todos. Tanto a Profa. Ana Lúcia quanto a Profa. Lilian terão mais tempo
537 de fala no momento do debate. Só para lembrar como tem sido organizada a
538 Congregação desde o momento em que ele está na Faculdade de Educação. O
539 **Professor Renê Trentin** observou que como se tratava de um questão polêmica,
540 pediu tolerância a todos e que houvesse flexibilidade para tentar distensionar um

541 pouco o assunto. Se for necessário um pouco mais de tempo em alguma informação
542 relevante, que fossem mais tolerantes. É falado em controle do tempo porque há um
543 teto para a reunião. Todos poderão se inscrever e falar novamente. Sugeriu que fosse
544 feito da maneira mais tranquila possível. A **Professora Ana Lúcia Horta** avisou que
545 iria se inscrever várias vezes para tentar ir pontuando as coisas aos poucos para não
546 tomar muito tempo de fala. Disse que de forma alguma é a trajetória das proponentes,
547 a experiência ou a proposta de um projeto de modo isolado que está em análise. Do
548 seu ponto de vista e do que foi levantado na CEFÉ, o que está em pauta são as
549 decorrências, as implicações de um projeto que se vincula ao Jovem de Futuro, e ao
550 Circuito de Gestão, que são projetos aos quais a Faculdade de Educação tem críticas
551 severas com relação ao enfraquecimento do lugar do professor, ao enfraquecimento
552 da gestão democrática, ao desconhecimento daquilo que o professor faz. Infelizmente
553 a fala dos secretários de educação não representa os interesses dos trabalhadores
554 em educação. Sabemos como os secretários de educação se vinculam e que
555 compromissos e que interesses, e a que eles se prestam em termos de resultados, de
556 evidência da melhoria da educação, atropelando os trabalhadores na área de
557 educação e os alunos envolvidos. Considera isso a maior contribuição enquanto
558 universidade, enquanto Faculdade de Educação para as escolas públicas. Reiterou a
559 responsabilidade de não se envolver, não se articular projetos aos quais a FE faz
560 críticas severas, para ela isso é uma questão de coerência. Entende que não é a
561 privatização da FE que está em questão, mas a vinculação desse projeto. Inclusive
562 isso surgiu na CEFÉ. Chegou a colocar no parecer, mas acabou tirando. Mas é preciso
563 reconhecer de que modo tem se estabelecido as diferentes parcerias e convênios
564 mencionados, porque a todo momento se levanta isso: a questão das parcerias e
565 convênios com instituições privadas. Isso pode se dar à fundo perdido, assim como
566 foram várias parcerias, inclusive estabelecidas dentro da faculdade. O que significa
567 um financiamento à fundo perdido no seu entendimento é muito distinto de uma
568 vinculação a um projeto que, dada a sua existência há tanto tempo, já se tem dados
569 suficientes para avaliar o posicionamento político que esse projeto tem. Fez um
570 esclarecimento não como coordenadora da Comissão de Extensão, mas como
571 professora do DEPE. É verdade que não houve votos contrários na reunião do
572 departamento, quando da aprovação do projeto, mas houve 4 abstenções, o que em
573 seu ponto de vista não é uma aprovação unânime, inclusive dentre essas abstenções,
574 algumas foram com declaração de voto, as quais foram praticamente votos contrários.
575 A **Professora Fabiana Rodrigues** registrou sua preocupação com a manifestação da
576 Profa. Ana Aragão no chat enquanto a Profa. Ana Lúcia falava, perguntando se ela

577 havia lido o projeto. Ressaltou que era uma pergunta descabida, que apenas podia
578 tumultuar a discussão. Por isso sua preocupação inicial com a presença das
579 proponentes durante o debate. O **Professor Renê Trentin** pediu a todos paciência,
580 calma, tranquilidade, inclusive no chat, e nas falas, para que a discussão pudesse ser
581 conduzida da melhor maneira possível. Como alguém disse no chat, que todos sejam
582 profissionais, acadêmicos, rigorosos como costumam ser nas atividades profissionais.
583 O **Professor Luciano Pereira** interrompeu a fala do Prof. Renê Trentin para dizer que
584 não eram todos que estavam faltando com o decoro. O prof. Renê Trentin retomou a
585 fala para dizer que falava genericamente porque aquela não era a primeira
586 manifestação no chat das quais se poderia discordar. Pediu que fossem seguidas as
587 inscrições para que a discussão avançasse. O **estudante Ricardo Ariel Bruno** fez a
588 leitura do “Manifesto contra a proposta de Convênio entre a Faculdade de Educação
589 e o Instituto Unibanco. Este manifesto é de autoria do GT Estudantil da Unicamp
590 contra Parcerias Público-Privadas formado por estudantes da Licenciatura em
591 Pedagogia, Licenciatura Integrada em Física e Química e da Pós-Graduação em
592 Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Nos últimos anos a educação
593 pública no Brasil tem sofrido grandes ataques e com isso explicitado as diversas
594 contradições gestadas em sua estrutura. Vemos os direitos universais historicamente
595 conquistados se transformarem em mercadorias a partir da implementação de uma
596 nova forma social introjetada pelo setor empresarial e de uma reestruturação da
597 atuação do Estado na garantia dos direitos. A Faculdade de Educação da Unicamp
598 não permanece alheia a esses processos, estamos em um contexto de muitas
599 precarizações, sendo necessário nosso posicionamento firme em defesa da Educação
600 Pública de Qualidade e Socialmente Referenciada e igual para todos. Historicamente
601 temos cumprido nosso papel de bastião de resistência em relação às diversas
602 ameaças que se apresentam, seja nas críticas feitas ao PL529, na defesa do Fundeb,
603 na defesa da saúde das famílias e dos profissionais da educação durante a pandemia
604 (contra a volta às aulas), apoio à greve dos correios, entre outras lutas. Não será agora
605 em um momento histórico tão crítico que mudaremos nosso firme propósito de
606 defender a educação pública. Neste sentido, não poderíamos deixar de expor nosso
607 posicionamento contrário em relação a proposta de convênio entre Faculdade de
608 Educação e Instituto Unibanco e consideramos inaceitável que tal parceria se firme!
609 O Instituto Unibanco é financiado pelo conglomerado Itaú-Unibanco, o maior banco
610 privado da América Latina e que tem em suas raízes históricas o apoio ao Golpe
611 Empresarial Militar de 1964 que resultou em centenas de mortos, desaparecidos e
612 perseguidos políticos, incluindo professores e alunos desta casa. Repudiamos a

613 atuação do Instituto Unibanco na indução das políticas sociais e educacionais para a
614 juventude da classe trabalhadora tendo em vista não apenas sua atuação no passado,
615 mas também por reconhecer este grupo como ator fundamental em políticas fiscais e
616 tributárias prejudiciais aos interesses da sociedade brasileira, principalmente diante
617 da realidade de crise orçamentária construída por bancos e elites financeiras e que
618 nos são apresentadas como consequências naturais do momento histórico que
619 vivemos. Sabemos que se hoje a educação pública tem problemas sérios, estes foram
620 construídos e pertencem a um projeto que negamos e precisamos combater.
621 Defendemos o financiamento público e estatal das universidades e da pesquisa, o que
622 depende de políticas fiscais e tributárias que sejam do interesse da classe
623 trabalhadora e não do interesse privado de poucas famílias. O projeto educacional do
624 Instituto não é distinto dos interesses das famílias herdeiras do conglomerado Itaú-
625 Unibanco. Lembremos que a presidência é de Pedro Moreira Salles, bilionário
626 herdeiro do clã e filho de Walther Moreira Salles, que atuou junto a ditadura militar,
627 não só apoiando, mas se beneficiando diretamente das políticas que possibilitaram o
628 poder econômico que tem a família hoje. A vice-presidência é de Pedro Malan, que
629 atuou no Conselho Nacional Monetário da ditadura e no Ministério da Fazenda de
630 Fernando Henrique Cardoso, onde produziu políticas extremamente amigáveis aos
631 banqueiros, como por exemplo tornando o Brasil o único país do mundo que não taxa
632 dividendos. Gostaríamos também de lembrar a divisão que se formou durante a
633 reforma do ensino médio. De um lado estava o governo golpista e sua proposta de
634 reforma por medida provisória, amplamente apoiada pelo empresariado, sobretudo
635 pelo Instituto Unibanco a outras instituições financiadas pelo conglomerado Itaú-
636 Unibanco. Do outro lado estavam os secundaristas, estudantes, professores (CNTE)
637 e entidades acadêmicas formadas em sua maioria por pesquisadores da área da
638 educação (Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, ANPED, ANFOPE,
639 CEDES, FORUMDIR, ANPAE, CONIF), mas que diante da agenda neoliberal do
640 governo Temer tiveram menos espaço nas disputas políticas. Consideramos
641 igualmente importante refletir como o Instituto Unibanco tem proposto seus projetos
642 como soluções para os problemas estruturais da educação brasileira sem nunca
643 tangenciar mudanças estruturais concretas, tal como a reforma do ensino médio, que
644 visou mudanças na escola apenas sob um conceito estrito de currículo. Suas ações
645 são voltadas à produção de narrativas sobre a qualidade da educação e a
646 necessidade de 'inovação' pautada em uma lógica meritocrática e neoliberal,
647 ofertadas por eles em troca de isenções fiscais bilionárias. O cerne de seus projetos
648 tem como objetivo a formação de um sujeito resiliente e empreendedor de si, pronto

649 para uma realidade uberizada que é mostrada como única possibilidade de futuro.
650 Vincular a pesquisa da Faculdade de Educação da Unicamp à instituições privadas é
651 privar a nossa instituição da autonomia no desenvolvimento das pesquisas e seus
652 resultados. Portanto nós, estudantes, professoras e professores, combatemos a
653 atuação destas instituições que induzem políticas sociais e educacionais contrárias a
654 uma educação de qualidade social e igual para todes, capaz de transmitir à nossa
655 classe os conhecimentos científicos historicamente acumulados. Dessa forma,
656 consideramos inadmissível que a Faculdade de Educação da Unicamp - que
657 historicamente defende as pautas favoráveis a escola pública e que produz muitas
658 pesquisas críticas em relação a atuação destas instituições privadas - venha a
659 legitimar as ações do Instituto Unibanco e de seu Projeto Jovem de 'Futuro', por meio
660 de uma proposta de convênio. Assinaturas de apoio 25 entidades e coletivos
661 Estudantis. CAPF UFC – Centro Acadêmico Paulo Freire – Universidade Federal do
662 Ceará; CAPMF – Centro Acadêmico de Pedagogia Marielle Franco; CALI – Centro
663 Acadêmico da Licenciatura Integrada em Química e Física; APG/FE – Associação de
664 Pós-Graduandos da Faculdade de Educação – Unicamp; APG Central Unicamp –
665 Associação de Pós-Graduandas e Graduandos da Unicamp; APG/IA – Associação de
666 Pós-Graduandos do Instituto de Artes – Unicamp; DCE/Unicamp – Diretório Central
667 das Estudantes e dos Estudantes da Unicamp; Caco – Centro Acadêmico da
668 Computação da Unicamp; CACH – Centro Acadêmico de Ciências Sociais e História
669 da Unicamp; CAFEA – Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Alimentos
670 da Unicamp; CABS – Centro Acadêmico de Engenharia Elétrica da Unicamp; CAFIL
671 – Centro Acadêmico da Filosofia da Unicamp - Gestão Lélia Gonzalez; CAEQ –
672 Centro Acadêmico dos Estudos da Química Unicamp; CAFEQ – Centro Acadêmico
673 Robert Perry Faculdade de Engenharia Química da Unicamp. APG/USP CAPITAL
674 – Associação dos/as Pós-Graduandos/as da Universidade de São Paulo; MUP Pós –
675 Movimento Por uma Universidade Popular da Pós-Graduação; CADIR Centro
676 Acadêmico de Direito Professor André Franco Montoro – UNESP/FRANCA; Coletivo
677 Indígena da Unicamp; Juventude Vamos à Luta; Levante Popular da Juventude;
678 Faísca Anticapitalista e Revolucionária; Juntos; Afronte; Coletivo Outros Outubros
679 Virão; Representantes Discentes da Unicamp: Patricia Kawaguchi Cesar, RD no
680 CONSU; Luan Ramos da Silva, RD no CONSU; Milena Tibúrcio Cicone, RD da CCG;
681 Pedro Marcondes Freitas Leite, RD na CCPG; Caio Rosalles, RD da CCG; Bruna
682 Carolina Garcia, RD da CCPG; Mayara Gregoracci dos Santos, RD na CCPG; João
683 Paulo Ferreira Bertacchi, RD no CONSU; João Luis Saraiva Moraes Abreu, RD no
684 CONSU; Felipe Kawakami Moreira, RD na CCG; Matheus Alves Albino, RD no

685 CONSU; Coletivos de Trabalhadoras e Trabalhadores da Educação; Associação dos
686 Docentes da UFES; Coletivo Educação pela Base – ES; Coletivo LUTE – Luta
687 Unificada dos Trabalhadores da Educação – ES; Corrente Sindical e Popular
688 "Resistência e Luta" – Educação – ES; FMEIC – Fórum Municipal de Educação
689 Infantil Campinas; Coletivo Quinze de Outubro; HTPC: Hora de Trabalhadores
690 pensarem coletivamente; Movimento Nossa Classe Educação; Coletivo de
691 Educadores da Rede Municipal de Campinas; Emancipa – rede de cursinhos
692 populares; Coletivo de Trabalhadores em Luta – Oposição Sindical dos Servidores
693 Municipais de Campinas; Liga das Humanas – UNICAMP; Corrente Sindical Nacional
694 Educadores em Luta; ;Fórum Nacional de Mulheres Negras – BA; União de Mulheres
695 de São Paulo; Coletivo Rosa Luxemburgo; Sindicato Nacional dos Servidores Federais
696 da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASFE/SP; Educação Básica,
697 Profissional e Tecnológica – SINASEFE/SP; Profissional e Tecnológica - SINASEFE/
698 SP; ADUFPA - Associação dos Docentes da UFPA. Entidades acadêmicas: PHCEE
699 – Grupo de Pesquisa Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar – UFES; GPTP
700 – Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis – UFES; Observatório do Ensino Médio –
701 UFPR, HISTEDOPR – Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no
702 Brasil – GT Oeste do Paraná; GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política
703 Educacional; GEPEJA – Grupo de Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e
704 Adultos – Unicamp; AVANTE/FEF – UNB – Grupo de Pesquisa e Formação
705 Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer. Professoras e Professores: Dr.
706 Dermeval Saviani – FE/Unicamp; Dra. Alexandrina Monteiro – FE/Unicamp; Dr. José
707 Claudinei Lombardi – FE/Unicamp; Dra. Olinda Maria Noronha – FE/Unicamp; Dra.
708 Dirce Djanira Pacheco e Zan – FE/Unicamp; Dra. Nora Rotina Krawczyk –
709 FE/Unicamp; Dra. Carolina de Roig Catini – FE/Unicamp; Dr. Silvio Donizetti de
710 Oliveira Gallo – FE/Unicamp; Dra. Inês Ferreira de Souza Bragança – FE/Unicamp;
711 Dr. Evaldo Piolli – FE/Unicamp; Dr. Lalo Watanabe Minto – FE/Unicamp; Dr. Newton
712 Antônio P. Bryan – FE/Unicamp; Dra. Débora Mazza – FE/Unicamp; Dr. Pedro Ganzeli
713 – FE/Unicamp; Dra. Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz Mendes – FE/Unicamp; Dra.
714 Aparecida Neri de Souza – FE/Unicamp; Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues –
715 FE/Unicamp; Dra. Lavínia Lopes Salomão Magiolino – FE/Unicamp; Dr. Luciano
716 Pereira – FE/Unicamp; Dra. Selma Borghi Venco – FE/Unicamp; Dr. Ricardo Antunes
717 – IFCH/Unicamp; Dra. Virgínia Fontes – UFF; Dr. Paulo Arantes – USP; Dr. Gaudencio
718 Frigotto – UERJ; Dr. Juarez Dayrell – UFMG; Dra. Iria Brzezinski – PUC/GO; Dra.
719 Monica Ribeiro da Silva – UFPR; Dra. Maria Ciavatta – UFF; Dr. Celso João Ferretti
720 – CEDES; Dra. Lívia de Cássia Godoi Moraes – UFES; Dra. Adriana Maria Cancell

721 Duarte – UFMG; Dra. Eliza Bartolozzi Ferreira – UFES; Dr. Dante Henrique Moura –
722 IFRN; Dra. Sonia M. P. Rio Kruppa – FE/USP; Dr. César Minto – FE/USP; Dra. Inês
723 Barbosa de Oliveira - UERJ/UNESA; Dra. Olinda Evangelista – UFSC; Dra. Carmen
724 Sylvia Vidigal Moraes – USP e assinaturas de mais 100 professores e pesquisadores
725 universitários”. A **Professora Lilian Nascimento** observou em primeiro lugar que o
726 que iria apresentar não era uma desqualificação em relação ao Parecer da CEFE,
727 porém eram alguns pontos que a representante do DEPE na CEFE, Profa. Aryane
728 Nogueira, pediu para que fossem contemplados e que não foram contemplados.
729 Entende que obviamente há uma escolha, uma forma de organizar o texto, e
730 considerava importante que isso fosse destacado. Saliu que a Profa. Aryane
731 informou aos membros da CEFE e à Coordenadora, Profa. Ana Lúcia, de que passaria
732 alguns esclarecimentos à chefia do DEPE para que esta pudesse falar na reunião da
733 Congregação, uma vez que não havia mais tempo para modificar o parecer. São 2
734 questões principais: uma delas foi a afirmação da Profa. Aryane de que foi retirado do
735 parecer a menção da proposta levada por um outro membro da CEFE, sobre a
736 necessidade de se retomar os convênios anteriores da FE como fonte de
737 esclarecimento de dúvidas, tendo em vista que outros convênios já foram firmados
738 com instituições privadas, o que não aparece no parecer. E o segundo ponto, do qual
739 considerava ser interessante obter um esclarecimento, é que tem uma sessão
740 intitulada no parecer: “argumentos favoráveis à aprovação”. Nesse item há uma
741 menção à aprovação do projeto em alguns departamentos dizendo que “foi por
742 maioria, mas não unânime”. Mas essa fala não tinha sido a fala da representante do
743 DEPE na CEFE. Ressaltou que, se houve a manutenção desse trecho, de que foi
744 maioria e não unânime, por que não aparece na sessão “argumentos contrários à
745 aprovação”, também se essa contrariedade foi unânime ou não, nos respectivos
746 departamentos em que ela foi contrária? Questionou como foi a discussão desse item
747 nos departamentos, e que talvez os chefes pudessem falar e se não houve essa
748 discussão, como o representante do departamento definiu seu voto? É apenas um
749 esclarecimento da forma como chegaram essas informações para a CEFE, uma vez
750 que não está claro no parecer. Reafirmou seu respeito ao Parecer da CEFE, apenas
751 com esses acréscimos que seriam esclarecedores. A **estudante Julia Zan** fez a
752 leitura do manifesto dos coletivos de educação do estado do Espírito Santo contra o
753 Convênio entre o Instituto Unibanco e a Faculdade de Educação da Unicamp. “Nós,
754 coletivos de professores organizados das redes estadual e municipais do Espírito
755 Santo viemos por meio desse Manifesto apoiar a iniciativa do GT Estudantil da
756 Unicamp contra Parcerias Público-Privadas, manifestando-se publicamente em

757 contrário à iniciativa de convênio entre o Instituto Unibanco e a Faculdade de
758 Educação da Unicamp. Os motivos expostos pelo GT em seu *Manifesto* já seriam
759 suficientes para uma reflexão correta e profunda sobre quais interesses se colocam
760 nessa construção, o que por si só já apontaria para uma negativa de seguir adiante
761 com tal proposta. Mas como professores da rede pública capixaba, em especial a rede
762 estadual - rede essa que aderiu desde o ano de 2015 ao Programa Jovens de Futuro
763 executado pelo Instituto Unibanco - acreditamos que podemos contribuir com o debate
764 expondo como essa organização atua nas escolas do nosso estado. Segundo o site
765 do Instituto Unibanco, o *Programa Jovens de Futuro* atende a 235 escolas em todo o
766 estado, reunindo um público de 89.470 alunos em parceria com a Secretaria de Estado
767 da Educação - SEDU - e busca 'contribuir para a garantia da aprendizagem dos alunos
768 do Ensino Médio como consequência de uma gestão educacional orientada para o
769 avanço contínuo da educação pública'. O Programa também 'disponibiliza para as
770 escolas e para as redes uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho
771 de gestão. As ações do Jovem de Futuro estão estruturadas em cinco eixos:
772 governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento –
773 que se articulam por meio do método Circuito de Gestão'. A concepção de
774 'aprendizagem' por meio do suposto aprimoramento da gestão escolar, além de ser
775 uma ideia abstrata, não se observa na realidade. Como pode a gestão burocrática da
776 administração escolar contribuir para o trabalho docente em sala de aula é uma
777 incógnita até hoje, cinco anos após a implantação das ações do *Jovem de Futuro*; os
778 eixos estruturantes do Programa também passam longe do conhecimento e aplicação
779 pelos professores se resumindo apenas em ações pontuais realizadas geralmente
780 pelos pedagogos na plataforma disponibilizada pelo Instituto Unibanco em seu
781 'circuito de gestão'. São ações puramente burocráticas, de preenchimento de
782 planilhas ou assinatura de documentos a serviço da justificativa da importância e
783 efetividade da parceria entre a SEDU e o Unibanco. Como metodologia efetiva de
784 ensino e aprendizado ela não cumpre a função esperada. Verificar isso é muito
785 simples: não há um pedagogo ou gestor na rede que saiba ao certo qual a contribuição
786 que o Jovens de Futuro oferece ao aprendizado! Nem mesmo os professores
787 conhecem esses resultados! A única ação efetiva que se pode observar são as
788 propagandas que o Instituto Unibanco promove para enaltecer sua preocupação com
789 a Educação Pública, além das deduções de impostos que o estado oferece às
790 empresas que agem com 'responsabilidade social'. E talvez esses sejam os objetivos
791 mais evidentes desse tipo de parceria que empresas privadas buscam junto ao setor
792 público. A educação é um direito constitucional e é obrigação do Estado em prestá-lo.

793 A sociedade civil, ao assumir a responsabilidade pela promoção da educação, tem a
794 direção e controle das políticas públicas, deixando o Estado apenas como executor e
795 financiador. As políticas públicas empregadas é fruto de uma correlação de forças
796 sociais, onde cada vez mais o privado tenta imprimir uma visão empresarial, onde a
797 escola deve atingir metas e resultados, com vistas a formar jovens para o mercado de
798 trabalho. A escola tem uma função social de formar sujeitos históricos, que necessitam
799 vivenciar, dentro da escola pública, a cidadania e a democracia, entrelaçando-se,
800 assim, diferentes práticas pedagógicas e contribuindo para formação de sujeitos
801 críticos que questionem a forma como precisamos produzir a vida na sociedade
802 capitalista e toda a subserviência ao mercado. Por isso, nós professores e professoras
803 do estado do Espírito Santo reafirmamos ser totalmente contrários ao convênio entre o
804 Instituto Unibanco e a Faculdade de Educação da Unicamp”. Na sequência falaria a
805 estudante Neide Sampaio, mas sua conexão caiu e, enquanto fosse retomada, a fala
806 por passada à Profa. Telma Vinha. A **Professora Telma Vinha** fez um comentário
807 sobre a fala da Profa. Ana Horta, quando ela disse que “a Faculdade de Educação
808 tem intensas críticas ao Projeto Jovens de Futuro”. Lembrou que ali todos são a
809 Faculdade de Educação e ao contrário de muitos que falam sobre o programa, as
810 proponentes pesquisam profundamente o Programa Jovem de Futuro e percebem,
811 apesar das ressalvas, a aprovação de gestores como positiva nessa organização da
812 escola e na articulação com as diversas instâncias da secretaria. Pediu cuidado com
813 as generalizações sobre isso. Em direção à fala da Profa. Lilian, colocou que os votos
814 da CEFE foram 4 a 4, mas os argumentos que são apresentados em sua maioria no
815 parecer, são negativos ao projeto. É preciso tomar cuidado com a parcialidade nas
816 análises. Quanto às assinaturas do manifesto, como disseram, onde estão as
817 informações do convênio que contribuiriam para que as pessoas conhecessem do que
818 se trata quando fossem aderir à manifestação? No manifesto há a assinatura de 21
819 professores da Faculdade de Educação, sendo que são 113 os docentes da FE,
820 dentre professores ativos e colaboradores. Também há um número não expressivo
821 de estudantes se consideramos a quantidade de alunos e alunas da graduação e da
822 pós-graduação. Não se encontram assinaturas dos funcionários, parte fundamental
823 da comunidade da Faculdade de Educação. A **estudante Neide Sampaio** começou
824 sua fala cumprimentando os 86 estudantes que estavam acompanhando a discussão
825 através do YouTube, que são a base da Unicamp, e é por eles que a FE existe.
826 Defendeu os estudantes sobre quando foi falado que eles estavam atacando em redes
827 sociais. Salientou que não houve qualquer ataque à honra ou à integridade das
828 professoras. Viu o manifesto contrário à proposta do convênio, e que ao ver dos

829 estudantes é uma proposta absurda, incoerente e sem cabimento numa universidade
830 pública. Toda vez que houve coerência à defesa da educação pública, da universidade
831 pública, sempre partiu do movimento estudantil, pois é a base para que a Faculdade
832 de Educação estivesse como referência dentro da Unicamp em todos os momentos,
833 no Escola sem Partido, o movimento estudantil sempre foi essencial. Nenhum
834 estudante agrediu um professor ou uma professora. Houve manifestação democrática
835 em repúdio ao convênio. A aprovação das cotas étnico-raciais foi graças ao
836 movimento dos estudantes. Destacou que ela estava ali graças a esse movimento,
837 que é uma estudante indígena e que estava ali em nome desses estudantes. Frisou
838 que seria um retrocesso nos aliarmos a esses convênios com empresas privadas.
839 Seria incoerente justificar que a USP ou a universidade X faz convênios privados, pois
840 somos uma Faculdade de Educação onde se deve falar sobre inclusão, sobre justiça
841 social, reparação histórica de negros, indígenas e quilombolas, população
842 historicamente excluída. Estavam ali tratando de um projeto meritocrático que só
843 beneficia uma parte da população. Ressaltou que os estudantes são contrários. Leram
844 o projeto que abre portas à privatização. É um momento crítico que estamos vivendo,
845 pois o neoliberalismo é um retrocesso total que vem de um governo totalmente
846 autoritário. Reconheceu o histórico acadêmico das proponentes com todo seu
847 respeito, mas afirmou que o projeto é incoerente, não contempla a Faculdade de
848 Educação, nem os estudantes. Deixou claro seu repúdio ao projeto. Finalizou dizendo
849 que sua fala vai no sentido de defender a universidade pública. A **Professora**
850 **Carolina Catini** disse que é um debate muito importante para todos da Faculdade de
851 Educação poderem se posicionar frente a uma grande mudança que está em curso
852 na educação como um todo, na educação básica e no ensino superior também e
853 mudança da qual institutos privados e fundações empresariais têm presidido, têm se
854 colocado como protagonista desse processo. Está aqui a chance de estudar, analisar
855 a partir de um caso de uma proposta, uma posição estratégica que a Faculdade de
856 Educação deveria tomar em relação a esse processo como um todo. Iniciou falando
857 que há aqui uma mudança de posição, pois na verdade a posição de quem é contra a
858 parceria foi desqualificada desde o início, sendo colocada como uma questão
859 ideológica, pessoal e persecutória. Porém não se trata disso. É uma questão política
860 da máxima importância. Os dois manifestos trazidos pelos estudantes, com
861 assinaturas de diversas entidades e professores, são uma mostra de que isso não
862 afeta somente a Faculdade de Educação da Unicamp, mas diversos setores, que têm
863 se posicionado frente a essas mudanças pelas quais os institutos são muito
864 importantes. E também é uma desqualificação, do seu ponto de vista, dizer que quem

865 não está fazendo parceria privada, não está fazendo nada. Seria bom olhar os projetos
866 dos professores e das professoras que têm estado presentes na vida das escolas
867 públicas, escutando esses outros setores. Um ponto de partida importante é dizer que
868 estamos todos com muita vontade de fazer o debate, pena que é pouco tempo na
869 Congregação. Disse que leu minuciosamente o projeto e com vários pontos a colocar.
870 Começou com o ponto mais importante que é a consideração sobre o que significa do
871 ponto de vista privatista, da privatização da escola pública e da universidade. Entende
872 que todos têm uma responsabilidade muito grande na assunção desse tipo de
873 convênio no sentido de que o desenvolvimento da pesquisa educacional hoje nos
874 desautoriza a pensar qualquer projeto de parceria como uma coisa pontual. Ele está
875 dentro de um processo amplo, um processo histórico de mudança na forma do direito
876 à educação; ele está acontecendo desde os anos 90 e chegamos a um ponto super
877 desenvolvido e isso tem uma importância muito grande. Então mesmo quem não
878 estuda privatização, estuda a escola pública, é o objeto, é o lugar de atuação dos
879 docentes da FE e sabe no que isso está se transformando. Nesse sentido, a posição
880 da FE diz respeito a uma posição política diante dessa mudança. Gostaria de colocar
881 a discussão para se pensar: o que o Instituto Unibanco representa dentro da escola
882 pública, não do ponto de vista dos secretários da educação, mas dos professores, dos
883 estudantes. Lembrou que ele foi um dos responsáveis, por exemplo, pela Reforma do
884 Ensino Médio que todo mundo conhece o efeito trágico dentro da educação. O que os
885 professores e as professoras estão sofrendo é radical e está afetando radicalmente a
886 proposta de organização de gestão do trabalho, mas também a proposta pedagógica
887 de formação de trabalhadores e trabalhadoras. Isso também se reflete em mudanças
888 na universidade nesse momento histórico. Chegou ao departamento a proposta de
889 flexibilização do RDIDP. A universidade virou um fundo patrimonial durante a
890 pandemia. Está se desenhando como uma universidade mais empreendedora
891 corporativa. Então, estava dizendo tudo isso para dizer que isso implica num processo
892 em que nós nos posicionamos como empreendedores e vamos cada vez mais
893 arrecadar dinheiro privado para fazer pesquisa. O que implica uma restrição da nossa
894 autonomia. Quando se faz pesquisa voltada para um instituto privado, há restrições.
895 É muito diferente a nossa posição. Outra consideração é que diz que o convênio está
896 sendo firmado a partir de pesquisas, que diz respeito ao Programa Jovem de Futuro
897 que é bem consolidada e bem avaliada por especialistas. Mas apenas os especialistas
898 do próprio Instituto Unibanco é que avaliam bem o Programa Jovem de Futuro. Fez
899 um levantamento bibliográfico e leu muitas teses, citações e artigos nessa semana e
900 nenhum deles sobre universidades públicas fazendo pesquisas com recurso público.

901 Nenhuma dessas pesquisa diz que é um trabalho bem avaliado, nem do Programa
902 Jovem de Futuro para as suas finalidades, e muito menos do ponto de vista de defesa
903 do público. É sim um projeto privatista. Todas as pesquisas indicam isso. As
904 considerações iniciais já desqualificam a pesquisa da universidade pública e isso é
905 muito grave. É uma parceria de 2 lados e de qual lado da nossa parceria está sendo
906 desqualificado porque desconsidera que a pesquisa pública está indicando que é um
907 projeto que tem muitas deficiências, do ponto de vista da manutenção de um processo
908 público. É importante analisar com muita calma e analisar sobretudo do ponto de vista
909 da universidade como nos posicionamos diante disso tudo. Considera que a
910 Faculdade de Educação precisa ter uma posição estratégica diante dessa mudança
911 que está acontecendo, por isso é necessário pensar nossa atuação. É uma
912 responsabilidade muito grande. O **Professor Renê Trentin** respondeu uma questão
913 do chat, salientando que foi votado no início da reunião o encaminhamento, que está
914 sendo seguido, ou seja, as professoras convidadas permanecem na reunião e podem
915 se manifestar inscrevendo-se até o final da discussão. Então, novamente pediu a
916 colaboração de todos, a paciência, o espírito de tolerância, pois estavam entre
917 colegas. Pediu a compreensão dos colegas que estavam mais incomodados, pois a
918 discussão estava sendo muito interessante e profícua. Como a Profa. Carolina Catini
919 disse, é uma pena não ter mais tempo para a discussão. A **Professora Nima**
920 **Spigolon** pediu a palavra para falar sobre o que colocou no chat. Iria ler para evitar
921 algum constrangimento maior: 'Caríssimos colegas, queridos participantes
922 companheiros da Congregação. Agradeço a oportunidade de participar desse
923 momento histórico fortalecendo o diálogo e as práticas político-pedagógicas afins.
924 Com todo respeito e consideração, quero enfatizar, na condição de membro desta
925 Congregação, a presença e a exposição das colegas do projeto, Profas. Ana Aragão
926 e Telma Vinha, para apresentar o projeto e evitar a defesa, exercendo uma espécie
927 de assédio para a votação. Desculpem minha colocação. Todavia, seguindo, qualquer
928 comentário ou posicionamento contrário, as professoras fazem réplica, e isso, nesse
929 momento, desestabiliza o ambiente da Congregação. Por gentileza, que a Direção
930 encaminhe." Agradeceu e se colocou à disposição, salientando também que foram as
931 impressões que lhe causaram e em alguns colegas MS-3.1 que se posicionaram.
932 Entende que o posicionamento contrário desestabiliza porque no início foi colocada a
933 participação e a presença das colegas, o que é evidentemente justo e é o princípio da
934 nossa universidade, mas a participação não significa a defesa ou o posicionamento
935 novamente das questões que estão sendo colocadas. Num processo democrático isso
936 intimida fortemente e constrange as pessoas. Declarou estar se sentindo muitíssimo

937 constrangida. Sugeriu que isso fosse revisto, pois entende que a presença não
938 significa um debate, como está ocorrendo. Afirmou que aquilo não era informação,
939 mas argumento. Considerava que deveria ser pautada essa questão no fórum
940 coletivo. Retomando a palavra, o **Professor René Trentin** esclareceu que quando se
941 aceita a participação das convidadas que estão apresentando o projeto, é natural que,
942 ao apresentá-lo elas o defendam. Como poderíamos esperar outra coisa? Lembro que
943 estávamos em um debate e que o próprio parecer da CEFÉ apresentava argumentos
944 favoráveis e argumentos contrários. Evidentemente, quem apresenta o projeto,
945 necessariamente tem que defendê-lo. Se não se puder conviver com argumentos
946 contrários num espaço acadêmico, fica difícil. Pediu que as proponentes procurassem
947 se ater aos argumentos mais formais e às questões mais próprias do projeto para que
948 seja possível conduzir de uma maneira mais tranquila possível essa discussão. A
949 questão é tensa. Foi criado um clima ruim ao longo das últimas 2 semanas. Era
950 importante tentar todos se ouvirem, para que todos possam se sentir contemplados
951 no direito de se expressar. Saliu que era isso que a Direção estava tentando
952 favorecer. Depois, o que a Congregação decidir, estará decidido. A **Professora Nima**
953 **Spigolon** frisou que não estava se posicionando contrariamente à participação e
954 presença das colegas professoras Telma e Ana para apresentarem o projeto, o que
955 ela colocou é que num processo democrático a apresentação de um projeto e o
956 argumento, ou a palavra, ou o posicionamento ante qualquer colocação que os
957 colegas da congregação façam, e gostaria que ficasse nítido em sua fala, que não
958 estava se posicionando contrariamente à participação e presença das colegas, mas o
959 que colocava, coletivamente, era que a participação das proponentes não estava
960 sendo entendida nos limites da apresentação do projeto e sim como um corpo a corpo.
961 Agradeceu a todos pela paciência e se desculpou pela emoção do momento. O
962 **Professor René Trentin** pediu que a Profa. Telma e a Profa. Ana acolhessem a
963 solicitação da Profa. Nima. A **Professora Fabiana Rodrigues** iniciou agradecendo à
964 profa. Nima e dizendo que considerou o parecer da CEFÉ muito bem feito e que
965 entendia que ele devia refletir o debate que ocorreu. Então, considerava que as
966 posições da Profa. Ana Lúcia foram muito ponderadas até aquele momento, o que
967 contribuíram muito para o debate ser sereno e lúcido sobre o tema. Colocou algumas
968 questões: precisavam pensar qual seria o sentido de um convênio da Faculdade de
969 Educação com o Instituto Unibanco. Não era um convênio qualquer, por isso, qualquer
970 tipo de comparação que generalizasse essa ação com uma ação rotineira, perderia
971 de vista o que significava isso para a educação pública, quais processos ela estava
972 vivenciando, além das transformações radicais que a inserção dessas instituições

973 privadas na educação pública estavam revelando e esse convênio estava inscrito em
974 uma mudança de gestão das escolas públicas. Isso não era uma coisa menor e
975 também não era fácil de analisar e por isso que o debate era tão complicado. Levantou
976 algumas questões relativas à minuta do projeto, partindo do parecer da CEFÉ.
977 Observou que o parecer trazia um aspecto que contradiz inclusive o que estava no
978 parecer do DEPE. Acreditava que o debate na CEFÉ levantou questões que não
979 estavam postas antes, que eram as seguintes: o projeto estava bastante aberto no
980 que dizia respeito à sua abrangência e à sua duração, o que estava presente nos itens
981 2.3, 8.2 da minuta. No item 2.3, a minuta traz que “podem ser celebrados tantos os
982 termos aditivos quanto forem as ações compatíveis com os objetivos deste convênio”
983 e o item 8.2 fala que “sempre que necessário mediante proposta dos partícipes,
984 devidamente justificada e após o cumprimento das demais exigências serão admitidos
985 prolongamentos do prazo de vigência” e no item 5 do projeto está escrito que “apesar
986 desse convênio ter previsão de ocorrer em 4 anos, o plano de trabalho a seguir é uma
987 proposta apenas para um ano”. O problema era que haveria necessidade de discutir
988 um convênio seríssimo como aquele, que não era simplesmente mais um, mas um
989 projeto que trazia planos de trabalho apenas para um ano e deixando em aberto a
990 aprovação nos anos subsequentes. Então seria necessária a aprovação anual na
991 Congregação? Era normal um projeto não ter um orçamento detalhado? Um projeto
992 que trata da ação com 900 escolas com uma equipe de 10 pessoas, é um projeto
993 grande de aumento de escala da atuação do Instituto Unibanco nas redes do Espírito
994 Santo e do Ceará e não trazia esse nível de detalhamento e ainda iria utilizar o nome
995 da FE, da Unicamp em um projeto que não se sabe direito ou vai ser rediscutido a
996 cada ano isso? Salientou que era algo muito grave, ou seja, um projeto muito aberto
997 para poderem julgar. Destacou também a questão do uso sobre o uso do nome da
998 Unicamp. O item 5.1.6 do projeto fala que “partícipes reconhecem que para as ações
999 previstas no projeto serão publicações e apresentações entre o instituto e os
1000 pesquisadores associados à Unicamp, motivo pelo qual a Unicamp autoriza a
1001 utilização de seus símbolos/distintivos nas publicações”. A pergunta era: se não havia
1002 qualquer interesse do Instituto Unibanco de receber nada em troca, por que se fazia
1003 questão do uso dos símbolos da Unicamp? Símbolos que são construídos e tem valor
1004 inestimável, socialmente falando. Qual era o interesse nisso? Para ela, isso era
1005 bastante contraditório porque o uso dos símbolos da Unicamp, por um lado, trazia o
1006 ganho de valor para os projetos do Instituto Unibanco, que contavam com a chancela
1007 de uma universidade pública reconhecida. Por outro lado, mostrava que se a Unicamp
1008 aprovasse um projeto, um convênio como esse, seria justo ter o nome da Unicamp.

1009 Por isso era importante questionar o que significa um convênio como esse. O que
1010 estava em jogo era uma história de luta pela educação pública. O **estudante Pedro**
1011 **Franco** registrou a manifestação de diversos estudantes que estavam acompanhando
1012 a discussão pelo YouTube com a #fora institutounibanco, a #foraU e a
1013 #naonosrepresenta. Esclareceu que o Manifesto foi escrito com as preocupações do
1014 sentido político da Faculdade de Educação estar legitimando as ações do Instituto
1015 Unibanco na educação e não necessariamente da pesquisa das proponentes. Quis
1016 dialogar com o Manifesto dos professores do Espírito Santo. Disse que era aluno da
1017 FE desde 2019 e desde o primeiro semestre vinha aprendendo com os docentes
1018 dessa casa a importância de uma educação que fosse construída de forma coletiva,
1019 onde se levasse em consideração as opiniões dos estudantes, dos funcionários, dos
1020 gestores e da comunidade onde a escola está inserida para construção de uma cultura
1021 escolar, da formação dessa escola. Sua preocupação era a atuação do Projeto Jovem
1022 de Futuro que não era dialógica e que, conforme apresentado pelo Manifesto dos
1023 professores do Espírito Santo, era feita através de acordos com as Secretarias de
1024 Educação que baixavam essa forma de gestão autoritária e sem diálogo com as
1025 comunidades, um diálogo que a FE preza tanto e ensina diariamente nas aulas, nos
1026 encontros e nas conversas. Então havia a preocupação de legitimar a atuação desse
1027 projeto que se intitula Jovem de Futuro, que prevê um futuro precarizado a esses
1028 jovens. A **estudante Júlia Oliveira** começou sua fala dizendo que não era a primeira
1029 vez que estava sendo discutido o convênio com Instituto Unibanco. Em 2020 foi
1030 submetido à Congregação e barrado por dois terços dos votos. O tema estava
1031 voltando para a discussão em um momento de pandemia, com mais de 150 mil mortes
1032 no Brasil, fruto da política genocida do Bolsonaro e foi usado para um pacto entre
1033 Bolsonaro, militares, judiciário, congresso, governadores, a mídia burguesa e o
1034 conjunto do regime golpista que atua desde 2016 para aprofundar as reformas e
1035 precarizar o trabalho. A crise se aprofundou e as grandes empresas vêm oferecer para
1036 a educação parcerias público-privadas para a partir disso tentar adequar a educação
1037 ao seu projeto para o conjunto da vida e do trabalho, da juventude e da classe
1038 trabalhadora, ou seja, de maior exploração. É nesse cenário que temos que refletir o
1039 que significa sobre o convênio com o Instituto Unibanco e o projeto Jovens do Futuro.
1040 O Instituto Unibanco é descaradamente gerido politicamente por grupos empresariais
1041 e bancos como o conglomerado Itaú-Unibanco. De fato, as escolas públicas sofrem
1042 com diversos problemas sociais, muitos deles aprofundados por questões materiais,
1043 das quais a questão financeira é parte mas não só. A escola pública que temos hoje
1044 é fruto de uma divisão de classes imposta pelo capitalismo, o qual tem como centro a

1045 precarização da formação e a modernização das velhas formas de exploração
1046 capitalista. Frente a isso, em que sentido o projeto Jovens do Futuro avança em
1047 responder pela raiz dos problemas das escolas? Quando se coloca apenas atuar em
1048 escolas públicas de periferia para atuar na convivência ética e democrática para
1049 resolver problemas, mas sem questionar os reais motivos desses problemas, apenas
1050 se avança em adaptar a juventude para um futuro miserável de precarização do
1051 trabalho e de vida imposto pelo capitalismo, o qual a reforma do ensino médio também
1052 busca aprofundar e do qual o próprio Instituto Unibanco foi apoiador. O fato do projeto
1053 se encaixar legalmente nas normas da Unicamp pouco diz sobre sua eficácia, mas
1054 sim, diz muito sobre os caminhos que a Universidade caminha. O CONSU
1055 antidemocrático e a reitoria de Knobel foram atuantes na aprovação dos fundos
1056 patrimoniais, na aprovação do lato sensu pago, que inclusive fere os princípios de uma
1057 educação pública e gratuita. Agora avança sobre as bolsas de permanência estudantil,
1058 buscando restringi-las ainda mais por critérios meritocráticos, mostrando que o projeto
1059 empresarial de educação que se encaminha atualmente também passa por mais
1060 exclusões de filhos e filhas de trabalhadores negros e indígenas na universidade. Não
1061 existe parcerias desinteressadas, por isso dá para perceber que existe interesse por
1062 trás dessa parceria, não pensando no que é melhor para os estudantes e no que é
1063 melhor para as escolas, mas sim, em adequar a educação aos interesses dos bancos
1064 empresários. Senão, por que o Itaú e Instituto Unibanco têm interesse em fazer no
1065 convênio com a Faculdade de Educação? Por que eles querem o logo da FE? Por que
1066 eles querem a imagem da Faculdade nos seus projetos? A Faculdade de Educação,
1067 enquanto formadora de professores da educação e pesquisa pública e crítica, deve
1068 refletir sobre qual o futuro que está garantido para os futuros alunos da rede pública,
1069 ao deixá-los nas mãos de setores dirigidas por bancos e empresas, futuro esse
1070 materializado no jovem entregador negro com uma *bag* nas costas carregando comida
1071 e com fome sem nenhum direito trabalhista. Temos que refletir profundamente sobre
1072 isso. O Instituto Unibanco inclusive é parte dos que lucram com uma dívida pública
1073 ilegal e ilegítima e fraudulenta, que além de servir como mecanismo de saque do
1074 nosso país pelo imperialismo, também pressiona para reformas e cortes como faz
1075 parte a lei do teto de gastos da lei de responsabilidade fiscal que estrangulou o
1076 orçamento público destinado a serviços sociais como saúde e educação. Inclusive no
1077 momento que a classe trabalhadora passa fome, não tem condições mínimas de
1078 sobreviver, também colocou que os ataques estavam sendo encaminhados no último
1079 período, principalmente durante a pandemia, e todos os interesses eram dos setores
1080 da burguesia, de salvar bancos que receberam trilhões de reais, como o próprio Itaú.

1081 Por fim, ressaltou que a FE deveria se colocar contra essa tentativa de convênio, pois
1082 eles não tinham nada a oferecer para a educação. A **Professora Selma Venco**
1083 registrou sua indignação com a observação da Profa. Lilian, que colocava em xeque
1084 a representação das chefias de departamento em relação ao que havia sido decidido
1085 nas reuniões. Desde antes de sua chegada à FE sempre houve a defesa da
1086 democracia participativa. Registrou ainda que estava muito orgulhosa do DEPASE,
1087 que tem se mostrado bastante coerente em defesa da universidade pública, não
1088 apenas naquele momento, mas também em outros durante a pandemia, pensando
1089 sempre na igualdade de oportunidades. Complementou dizendo que no departamento
1090 eram em 13 docentes. Tiveram 3 abstenções e 1 voto favorável. Ou seja, a maioria foi
1091 contrária ao convênio. Disse que os argumentos levados pela Profa. Fabiana, pela
1092 Profa. Carolina, e pelos estudantes a contemplavam. Lembrou alguns argumentos que
1093 foram utilizados na discussão anterior, em que foram acusados de “a universidade
1094 pública estar muito acomodada”. Reforçou os argumentos que usou naquela reunião:
1095 dava muito trabalho defender a universidade pública, pois além de todas as pesquisas,
1096 a formação que realizavam, ainda tinham a participação em defesa da universidade
1097 pública, da educação pública que ultrapassa os muros da FE e da Unicamp.
1098 Aproveitou para parabenizar a conduta da CEFÉ, na pessoa da Profa. Ana Horta, pela
1099 qualidade e serenidade dos debates e sobre o parecer, pois se os favoráveis não
1100 apresentaram documentos contundentes e aprofundados para defender o projeto, isso
1101 não significava ser parcial. Portanto isso era preciso ponderar. Também parabenizou
1102 os estudantes porque durante todo o processo promoveram debate com muita
1103 qualidade, sobre pesquisas e contribuíram muito para aquele debate. Solicitou que os
1104 votos para esse item fossem registrados nominalmente na ata. Mencionou ainda que
1105 o Estado do Espírito Santo é um dos campeões regionais em contratação de
1106 professores temporários, durante toda a série histórica que o Centro Educacional faz
1107 esse levantamento de 2011 a 2018, ou seja, era mais um elemento na tentativa de
1108 desconstrução, porque sempre há resistência da educação pública também no
1109 estado. A **Professora Alexandrina Monteiro** iniciou sua fala destacando seu amplo
1110 reconhecimento pelo trabalho das professoras proponentes do convênio. O que
1111 estava em debate a seu ver, era a questão de se vincular a Unicamp ao Instituto
1112 Unibanco. Isso é um problema porque se está num momento político muito delicado
1113 e sério no país. O Instituto Unibanco, vem há muito tempo atuando publicamente,
1114 desde o governo Lula e governo Dilma, se esparramando dentro das políticas
1115 públicas, e vem pautando as políticas públicas, o que na sua opinião era um problema
1116 muito sério. Durante esse período de pandemia, por exemplo, na mídia quem falava

1117 sobre educação eram pessoas vinculadas ao Leman e ao Unibanco e não pessoas
1118 da área acadêmica. Estava havendo uma transferência da discussão de políticas
1119 públicas para os institutos, o que era algo problemático, pois estavam vinculados a
1120 bancos. Sua preocupação era que esse convênio tem um vínculo muito forte com a
1121 questão do Jovem de Futuro, que na sua opinião era um projeto problemático, em
1122 termos de políticas públicas. A questão política e não ideológica desse tipo de
1123 convênio com um instituto bancário dessa abrangência e com esse Governo que está
1124 atuando, é problemática. Além de que, pensar que o Projeto Jovem de Futuro se
1125 contrapõe à militarização, não quer dizer absolutamente nada, porque a militarização
1126 é um problema e o Projeto Jovem de Futuro também é um problema. Reforçou que
1127 em seu departamento houve uma ampla discussão e a decisão foi bastante acirrada,
1128 sendo 8 votos favoráveis, 7 votos contrários e 3 abstenções. Dá para perceber que é
1129 um debate que precisa ser ampliado. É algo extremamente produtivo e que, o fato de
1130 as colegas até terem colocado na lista deu a oportunidade de se fazer um debate mais
1131 amplo e com outras perspectivas. O **Professor René Trentin** pediu a palavra para
1132 acrescentar uma dúvida em relação ao parecer. Quando aparecem os argumentos
1133 contrários é mencionado que “os representantes de outros três departamentos
1134 manifestaram suas posições contrárias ao projeto em acordo com seus respectivos
1135 departamentos”. Observou que o assunto não havia sido pautado no departamento,
1136 por isso estava supondo que o representante do DEFHE foi um dos que votou contra
1137 porque a posição dele era pública. Salientou que não estava discordando nem
1138 criticando a posição do representante, porém o assunto não havia sido pautado na
1139 reunião de departamento. A **Professora Fabiana Rodrigues** esclareceu que o tema
1140 não havia sido oficialmente pautado nos departamentos. Após consulta à secretaria
1141 de departamentos e à secretaria de extensão, foi informada que não deveria pautar,
1142 a menos que quisesse. Salientou que a posição contrária do departamento a
1143 convênios dessa ordem é histórica, o que ela poderia mostrar isso a partir de um
1144 levantamento de atas que fez, para poder respaldar a decisão do DEFHE. O
1145 **Professor René Trentin** disse que estava satisfeito com o esclarecimento, apenas
1146 achou estranho alguns departamentos pautarem especificamente o tema. Sendo
1147 assim, talvez pudesse constar no parecer como foi fundamentada a posição do
1148 representante do DEFHE. A **Professora Fabiana Rodrigues** destacou que alguns
1149 departamentos até conversaram sobre o assunto, mas não deliberaram nem votaram.
1150 Cada departamento agiu por conta própria. Salientou que a documentação não
1151 chegou para ser pautada nos departamentos. A **Professora Selma Venco** informou
1152 que achou correto o encaminhamento da CEFÉ aos departamentos. Lembrou que na

1153 CEPE o Prof. Renê discordou desse encaminhamento porque isso não era comum
1154 ser votado nos departamentos. No DEPASE, o tema foi pautado para ajudar o Prof.
1155 Evaldo na representação junto à CEFE. Observou que o tema deveria ter sido
1156 discutido em todos os departamentos, mas era uma decisão de cada chefia. O
1157 **Professor Renê Trentin** esclareceu que o que havia dito na CEPE era que, de acordo
1158 com o Regimento, esse procedimento não seria usual, pois os outros departamentos
1159 não precisam se posicionar sobre projetos de um departamento específico. Quem tem
1160 esse papel é a CEFE, pois tem ali os representantes dos departamentos. Portanto
1161 essa foi sua observação na reunião da CEPE. Tanto que a própria Coordenação de
1162 Extensão decidiu não fazer formalmente o encaminhamento. Mas se os
1163 representantes achassem por bem pautar o tema nos seus departamentos, não
1164 haveria problema. Porém institucionalmente o caminho não era esse. A **Professora**
1165 **Ana Lúcia Horta** observou que diante dos comentários que a antecederam, queria
1166 falar sobre os encaminhamentos da CEFE. Quando da reunião da Congregação de
1167 agosto, em que o assunto foi pautado e aprovada a retirada de pauta, a justificativa
1168 foi justamente a necessidade de uma discussão mais ampla para que os membros
1169 pudessem votar, dada a complexidade do tema. Na reunião da CEFE foi sugerido o
1170 encaminhamento aos departamentos, entretanto na reunião da CEPE ocorrida na
1171 semana seguinte, foi ponderado que o regimento não previa esse modo de
1172 encaminhamento. Diante disso, entrou em contato com toda a comissão e justificou
1173 que retrocederia, até mesmo porque os membros já tinham todos os documentos e
1174 eles poderiam pautar essa discussão em seus departamentos se achassem
1175 necessário. Embora tivesse havido alguma insistência para que os documentos
1176 fossem enviados aos departamentos, não o fez, justificando que não se sentia à
1177 vontade em instruir como os membros deveriam proceder essa discussão. Mesmo
1178 porque o assunto retornaria para discussão na Congregação de outubro. Colocou-se
1179 à disposição para esclarecer quaisquer outras dúvidas com relação ao
1180 encaminhamento. Reiterou que durante todo o tempo sua preocupação foi dar total
1181 transparência ao modo de encaminhar e não coagir os membros a fazer a discussão
1182 de uma forma ou de outra. Estava tentando explicitar e registrar o que ocorreu na
1183 CEFE. Inclusive disse novamente que ao redigir o parecer, procurou se concentrar
1184 somente no que havia sido dito e discutido na CEFE, não complementou nem
1185 acrescentou informações, pois não seria legítimo. Mencionou ainda que foi dito que
1186 era fundamental retomar convênios anteriores, mas quem falou sobre isso, inclusive
1187 levantou, ao falar sobre os convênios anteriores, que não era para sustentar e suportar
1188 esta proposta, mas era muito mais no sentido contrário, que era para olhar os

1189 convênios anteriores e as parcerias anteriores para assim poder distinguir as
1190 diferenças no estabelecimento de parcerias. Observou que havia no histórico da
1191 Faculdade de Educação uma determinada parceria que era sempre mencionada e
1192 que foi feita a título de fundo perdido. Ao estruturar o parecer acabou optando por
1193 apresentar considerações gerais, argumentos favoráveis e argumentos contrários.
1194 Destacou que o parecer não era uma ata, mas uma síntese sistematizada, não uma
1195 transcrição. Afirmou que assumiu a redação do parecer procurando dar relevo ao teor
1196 das discussões. Foi proposto que todos da comissão vissem o parecer e assim foi
1197 feito, porém não houve tempo hábil para uma nova discussão. Em relação ao
1198 manifesto na reunião uma representante apontou que continha poucas assinaturas da
1199 Faculdade Educação. Diante desse comentário, outros representantes levantaram
1200 que os estudantes se organizaram de modo a não constranger os professores a
1201 assinarem o Manifesto e que o mesmo não havia sido enviado para a rede. Os alunos
1202 foram contatando os professores um a um, entidades, sindicatos. Em sua opinião, o
1203 Manifesto não tinha a intenção de trazer uma representatividade. Então não considera
1204 legítimo questionar o número de assinaturas do manifesto. Inclusive porque os alunos
1205 conseguiram assinaturas de entidades bastante significativas e representativas no
1206 âmbito de políticas na discussão da problemática educacional no Brasil. Disse que leu
1207 a proposta de convênio muitas vezes e talvez no parecer não tenha ficado claro que
1208 ele já trazia uma distinção de foco na análise. Quem se posicionou favoravelmente fez
1209 uma análise pontual do projeto. Quem se posicionou contrariamente, fez uma análise
1210 que não era pontual, mas uma análise de contexto da situação brasileira, das
1211 decorrências que esse projeto poderia causar, ou seja, uma análise que vai para além
1212 do que estava escrito na proposta do convênio como um todo, de quais eram as ações,
1213 os objetivos. Reafirmou que em momento algum quem estava se posicionando
1214 contrariamente, estava olhando a proposta do projeto de um modo específico.
1215 Ninguém estava julgando o trabalho das pesquisadoras, o que foi reconhecido. Mas o
1216 fato do parecer não trazer em termos de votos contrários à sua aprovação,
1217 questionamentos relativos ao projeto como um todo, isso não significa que não tenha
1218 sido objeto de atenção, mas em termos do que justifica e quais são os argumentos
1219 que fundamentam os votos, quem se posiciona contra se posiciona por questões
1220 muito mais amplas, de decorrências que não são ideológicas, mas sim políticas e que
1221 são de um posicionamento coerente com o que a faculdade vinha assumindo no
1222 cenário nacional. O **Professor Alexandro Paixão** observou que seria necessário
1223 estabelecer um teto para a reunião, pois ainda havia 12 inscritos e já era quase 12
1224 horas. O **Professor Renê Trentin** propôs o teto até 13 horas para finalizar a reunião

1225 toda. A **Professora Ana Lúcia Horta** mencionou que tinha vários informes da CEFE
1226 que diziam respeito ao professor colaborador. O **Professor Alexandro Paixão** disse
1227 que também tinha informes importantes. O **Professor Renê Trentin** observou que já
1228 estavam discutindo há bastante tempo, então solicitou aos inscritos que procurassem
1229 se ater ao tempo de 3 e 4 minutos na medida do possível, para poderem voltar para a
1230 pauta, pois o teto de 13 horas era o limite. E em último caso seria necessária marcar
1231 nova data para continuidade da reunião. O **Professor Antonio Carlos Amorim** leu
1232 algumas anotações que fez, particularmente tentando levantar os pontos positivos que
1233 estavam no documento e que até então não haviam sido apresentados pelos
1234 representantes da Congregação. Antes, porém, fez 2 considerações: considerava que
1235 o trabalho da coordenação foi excelente e que a discussão tinha sido importante. Mas
1236 o que lhe pareceu era que a CEFE, ou pelo menos a coordenadora da CEFE, que é
1237 Coordenadora de Pesquisa e de Eventos também, a Profa. Ana Lúcia, já tinha um
1238 posicionamento e apresentava este posicionamento reiteradamente na reunião. Fez
1239 essa consideração, que não considerava isso nenhum equívoco, entretanto a
1240 professora não fez o voto de minerva na reunião da CEFE e havia levado o voto de
1241 minerva para a reunião da Congregação. Outro aspecto, o qual lhe parecia bastante
1242 estranho, foi a justificativa e o detalhamento de como havia sido construído o abaixo-
1243 assinado. O abaixo-assinado havido partido da CEFE? De toda maneira, lhe pareceu
1244 que o abaixo-assinado foi um modo de influência das decisões internas e parecia ser
1245 legítimo. Esclareceu que pareceu legítimo a ele, individualmente, e também do ponto
1246 de vista ético, conversar com as pessoas que o procuraram quando foram convidadas
1247 a fazer a assinatura do abaixo-assinado e indicar o contexto interno de divisão e de
1248 discussão, que não era discussão unânime. A divisão de posicionamentos e
1249 interpretações que se traduzia numa votação que, inclusive, não teve maioria. Com
1250 relação aos pontos positivos, eram relativos ao projeto e à trajetória de pesquisa das
1251 docentes e seu compromisso ético-acadêmico com a temática em tela. No que diz
1252 respeito ao Jovem do Futuro, que não é um aspecto considerado positivo, mas é
1253 positivo do ponto de vista da análise, o que vinha sendo apontado, era positivo para
1254 se pensar a respeito da vinculação, obviamente, com o Instituto Unibanco e a
1255 construção de uma narrativa de se instituir na Faculdade de Educação um projeto, de
1256 tal modo, com tanta força, que se desconsiderasse as resistências, as formas de criar
1257 outros horizontes que ocorriam e eram contraditórios em contextos e situações
1258 diversas. Por exemplo, colocava em xeque as vinculações com órgãos públicos,
1259 governos de estados e secretarias, em que há ações perversas também relacionadas
1260 à aprendizagem, ao ensino, à formação de professores, ao trabalho docente etc.

1261 Mencionou os argumentos específicos das professoras, apresentados, que entendia
1262 ser importantes: a liberdade de cátedra e a segurança da metodologia e da
1263 publicização dos resultados e, particularmente, da crítica. No que diz respeito aos
1264 pontos negativos, o que chamou sua atenção, é que eles derivam de um certo tipo de
1265 pressuposto, de uma análise e reflexão sobre os riscos e as consequências de se
1266 realizar um convênio com instituição privada. Em uma dada situação, de que já se tem
1267 conhecimento sobre a ação desta instituição privada e, particularmente, o que isso
1268 reflete em uma parte da Faculdade de Educação e que este convênio representaria
1269 um distanciamento inaceitável, de tal modo que a FE não pode formar as parcerias.
1270 Isso chamou sua atenção porque é uma boa discussão. Por exemplo, a rediscussão
1271 de princípios gerais; a ideia de uma unidade da Faculdade de Educação, que é
1272 representada e se filia a essa representação mais ou menos ligada a princípio e que
1273 é unitária. E as questões relativas à necessidade de em um momento histórico
1274 específico, torcendo para que não fosse de forma casualística, a agir sobre assuntos
1275 específicos que fogem à regulamentação do que já é permitido ou não fazer. Daí
1276 começam a vir algumas questões. O que ele estava chamando de ponto negativo
1277 sobre o projeto e que o que isso refletiria nos demais convênios e termos de
1278 colaboração com as instituições brasileiras e estrangeiras? Pensando a pós-
1279 graduação, que tem convênio com universidades do mundo inteiro, algumas devem
1280 ser financiadas por bancos. E como a FE se dedicaria a pensar e repensar os vínculos
1281 de pesquisa, ensino e extensão com entes públicos que já estão totalmente
1282 privatizados? Porque era o caso de muitas redes em que esta privatização estava a
1283 largos passos e por vezes se fazem convênios para tentar reverter, particularmente,
1284 acreditando no coletivo de docentes. O **Professor Carlos Miguel Ribeiro** observou
1285 que a FE deveria ter pensado um pouco melhor no processo de discussão, pelo menos
1286 a médio ou longo prazo. O projeto havia chegado à Faculdade de Educação há
1287 bastante tempo e, entretanto, apenas nos últimos meses é que efetivamente
1288 começou-se a discussão sobre ele, ou melhor, sobre as visões políticas do projeto.
1289 Afirmou que não tinha visto grandes discussões sobre o conteúdo do projeto. Frisou
1290 que era apenas mais um dos muitos convênios que a Unicamp tem ou poderá vir a
1291 ter. Lembrou que em algum momento, todos têm que optar, e votar a favor ou contra.
1292 E quem se abstém, assume a posição de quem vota por ele, ou seja, dá o ônus de
1293 que o voto seja feito por eles. Teriam que votar a favor ou contra, de acordo com algo
1294 que eles mesmos aprovaram em 2018, que é o regimento e, que era considerado o
1295 que refletia os princípios que regem sua atuação. Observou que tudo é político e tudo
1296 o que fazem tem um impacto, seja bom, ou seja mau. E, portanto, é necessário olhar

1297 a Faculdade de Educação no seu coletivo, porém esse coletivo tem que ter um amparo
1298 institucional, se é que este amparo institucional tem algum valor. Porque se iriam votar
1299 contra uma coisa que eles mesmos aprovaram, não se sabe em que posição se está.
1300 A palavra mais usada que temos ouvido é debate, tanto agora como nas demais
1301 instâncias da Faculdade de Educação. E o aspecto oposto é proposta: propostas que
1302 efetivamente contribuam para melhorar a educação pública e privada, pois todos os
1303 alunos têm esse direito, não só os da escola pública. Estava posta uma proposta e se
1304 não concordarem com este protagonismo que as instituições privadas têm assumido,
1305 então teriam eles próprios que assumir este protagonismo. Ser do contra é bom, mas
1306 também se não se concorda com o protagonismo das redes privadas, tem-se que
1307 fazer alguma coisa para assumir, enquanto indivíduos e enquanto instituição, esse
1308 lugar de protagonismo. Ressaltou que as regras, pelo menos dos lugares de onde ele
1309 vinha, existem para serem cumpridas. Ainda mais as regras criadas pela própria FE.
1310 Se não for para cumpri-las, ponderou que a Faculdade de Educação corre o risco, tal
1311 qual como com o governo brasileiro, que é deveras criticado, de ser categorizado
1312 como uma república das bananas, em que cada um faz o que quer dependendo do
1313 vento. É importante ter certeza de que este não é o único convênio com uma
1314 instituição privada e com um banco. Se for analisar todos os convênios na Unicamp,
1315 com instituições privadas e com bancos, há muitos e dos quais os docentes utilizam
1316 as verbas, incentivam seus alunos a participar, e até mesmo a Faculdade de
1317 Educação se beneficia desse trabalho que existe na Unicamp em prol não só da
1318 instituição, da pesquisa, da formação, mas em prol da comunidade. A **Professora**
1319 **Lilian Nascimento** esclareceu que não colocou em xeque a conduta dos
1320 departamentos ou dos chefes de departamento, o que ela disse foi sobre a redação
1321 do parecer. Numa seção intitulada argumentos favoráveis à aprovação, apareceu
1322 dizendo que alguns departamentos aprovaram por maioria, mas não por unanimidade.
1323 Mencionou que esse argumento parecia ser mais desfavorável do que favorável. Ao
1324 colocar essa informação, o que chamou sua atenção, e foi uma proposta da nossa
1325 representante no departamento no parecer, poderia constar também no parecer no
1326 caso dos contrários dizendo como foi votado. Agradeceu a Profa. Alexandrina e a
1327 Profa. Selma por terem esclarecido a forma como foi votado, como foi orientado seu
1328 representante na CEFE. Não estava desmerecendo e nem colocando em xeque a
1329 votação, mas sugerindo que aparecesse no parecer a forma que foi votado. Salientou
1330 ainda que sobre o logo da FE seria utilizado apenas para publicação e apresentações
1331 referentes ao projeto e não para qualquer uso ou ação do Instituto Unibanco. Inclusive
1332 as proponentes do projeto não se opõem a retirada do logo da FE e a manutenção do

1333 logo da Unicamp. A **Professora Carolina Catini** iniciou sua fala dizendo que, ao
1334 contrário do Prof. Carlos Miguel, não achava que havia tido tempo suficiente para
1335 debater o projeto. Mencionou que o parecer da CEFÉ entrava na questão do próprio
1336 projeto, e as posições contrárias ao Projeto Jovem de Futuro que apareceram nos
1337 debates são baseadas em pesquisas feitas em universidades públicas, então também
1338 precisa ser respeitado pois há uma posição científica. Quanto ao logo, entendia ser
1339 importante destacar como apareceu no parecer da CEFÉ, porque se a Faculdade de
1340 Educação for favorável ao convênio, ela era absolutamente contrária a que se tirasse
1341 o logo, pois a Faculdade de Educação precisa se responsabilizar por uma ação como
1342 essa, sendo muito importante publicizar a parceria. Outras questões colocadas pela
1343 professora foram em relação ao projeto, por exemplo, pelo fato de ser uma ação
1344 voltada para 940 escolas, em 2 estados distintos, com uma equipe bem pequena para
1345 o tamanho de uma ação dessa, pensando o que é um projeto de convivência, o que é
1346 mudar uma cultura de escola como o projeto está focado. Se sabe como é a realidade
1347 de cada escola, algo super complexo. O projeto diz que vai contar com o pessoal do
1348 próprio Instituto Unibanco, mas não tem o nome das pessoas que são responsáveis
1349 por isso. Significa que a Faculdade de Educação está se responsabilizando por um
1350 projeto de mudança de cultura em 940 escolas em 2 estados, sendo que há uma parte
1351 da equipe, mas não a grande parte das pessoas que vão se responsabilizar por isso.
1352 Isso é importante, pois trata-se de uma responsabilidade compartilhada que a
1353 Faculdade Educação precisa tomar para si, porque de fato é uma parceria entre a
1354 Faculdade de Educação da Unicamp e Instituto Unibanco. Levantou também uma
1355 questão que a Profa. Lilian trouxe na primeira fala dela e talvez seja entendimento
1356 distinto, sobre “todas as questões preocupantes apontadas no ano passado já foram
1357 solucionadas”. Destacou que a primeira cláusula da minuta de convênio que
1358 justamente aponta para algo que não foi alterado é a questão de que a equipe da
1359 Faculdade de Educação da Unicamp será incorporada a um grupo de pesquisadores
1360 que já existe no Instituto Unibanco e para estabelecer uma ampla cooperação.
1361 Ponderou que a minuta de convênio de novo aponta para um sentido de prestação de
1362 serviços da Faculdade Educação para o Instituto Unibanco. Embora seja um projeto
1363 próprio de convivência, ele está dentro do Projeto Jovem de Futuro. Também não está
1364 demonstrado como serão estabelecidas as parcerias com as Secretarias de Educação,
1365 diante do que constou: “provavelmente estabeleceremos em 2 estados”. Observou
1366 que são coisas também que ficam muito abertas pelo tamanho da responsabilidade
1367 que é admitir um projeto como esse, de atuação de 940 escolas, com muitas
1368 pesquisas acadêmicas que indicam que o Projeto Jovem de Futuro não traz melhorias

1369 desse ponto de vista. Sendo assim, disse que é mais do que uma minuta de convênio,
1370 é uma posição diante da conjuntura que estamos vivendo extremamente
1371 conservadora e privatista. Em sua opinião, a Faculdade Educação precisa se
1372 posicionar, ter clareza do que significa uma parceria no meio de um histórico de
1373 parcerias, uma vez que não é uma parceria pontual, pois tem um significado que vai
1374 muito além disso. São concepções distintas do que seja a escola pública e o que seja
1375 a universidade pública. São poucos os elementos para se dizer que a Faculdade
1376 Educação legitima um projeto como esse. Ao fazer uma parceria, muitos de nós se
1377 “desidentificam” com a Faculdade de Educação. Finalizou dizendo que já existe
1378 trabalho do grupo de pesquisa com o Instituto Unibanco que não está em risco, mas
1379 esse convênio coloca em risco a nossa posição institucional frente a esse processo.
1380 A **Professora Fabiana Rodrigues** chamou a atenção para o amparo institucional que
1381 a FE tem para se fazer esse debate, que é também político. Observou que nas
1382 considerações do Prof. Miguel foi mencionado sobre “votar contra o que nós mesmos
1383 aprovamos”, entretanto frisou que a FE está seguindo corretamente o que foi
1384 aprovado, conforme consta no Artigo 7º do Regimento Interno da FE, que diz: “A
1385 Congregação é o órgão superior da faculdade, responsável pela definição da política
1386 institucional da unidade e sua implementação”. E no Artigo 13 diz sobre ensino,
1387 pesquisa e extensão: “Que a essa Congregação compete definir critérios para o
1388 estabelecimento de convênios e contratos para serem executados pela unidade”. No
1389 caso em questão, as regras regimentais estavam sendo seguidas. Apontou alguns
1390 pontos: disse que projeto está aberto porque ele vem com o plano de trabalho apenas
1391 para o primeiro ano. Outro ponto é sobre a propriedade dos resultados. A minuta veda
1392 o uso comercial para os resultados do convênio, contudo, como o projeto é válido
1393 apenas para o primeiro ano, não ficou explícito se essa finalidade comercial é só para
1394 o primeiro ano, pois só estava dada num primeiro momento, podendo ser alterada nos
1395 anos subsequentes conforme o item 6.4 da minuta que diz o seguinte: “Caso qualquer
1396 Partícipe deseje usar, ceder, autorizar e/ou licenciar o uso das Obras para outros fins
1397 que não o previsto neste Convênio, ficará sujeito à aprovação prévia e por escrito dos
1398 demais partícipes”. Ou seja, se os partícipes autorizarem pode vir a ser feito o uso
1399 comercial dos resultados. Em sua opinião isso é algo bastante preocupante. O projeto
1400 também se encontra aberto, quando diz que as proponentes vão seguir as regras do
1401 RDIDP, entretanto isso não vem explicitado, quanto à carga horária semanal que as
1402 professoras vão ter, por exemplo. São muitos pontos em aberto para a magnitude do
1403 projeto, que como já foi mencionado, envolve 900 escolas para tratar da convivência
1404 nessas escolas. Necessita de uma atuação bastante próxima das escolas em 2

1405 estados diferentes, num país de dimensão continental e sob uma pandemia. Finalizou
1406 dizendo que estamos em plena discussão de uma nova minuta do RDIDP, entretanto
1407 na deliberação vigente em seu Artigo 13º, diz que “a dedicação a outras atividades
1408 não pode ultrapassar 20% do tempo do tempo de dedicação...” É mais um dos
1409 elementos que precisariam estar explicitados, além de um orçamento detalhado e a
1410 questão da carga horária, para que pudessem avaliar melhor, e ter a dimensão, dado
1411 o porte do projeto que visa a aumentar a escala de atuação do Instituto Unibanco em
1412 2 estados diferentes, em redes estaduais inteiras. O **Professor Alexandro Paixão**
1413 informou que iria ler sua fala. No Fausto de Goethe, encontro em algumas das
1414 palavras de Mefistófeles, algo que o tocava bastante e evocava o que estamos
1415 vivendo e revivendo desde que o assunto do convênio de duas professoras, que
1416 respeito e admiro muito, voltou a fazer parte de nossas vidas e gerou reflexões sobre
1417 o público e o privado nos espaços universitários - o que é algo bom, mas também tem
1418 gerado sofrimento, muito sofrimento, infelizmente. E voltando a Mefistófeles, ele diz:
1419 “eis que estamos de novo no limite do nosso bom senso, exatamente onde os seres
1420 humanos perdem a razão” (Dia sombrio. Campo, p. 203). E perdem a razão por que
1421 doi aceitar a realidade das nossas decisões e escolhas, tal como Fausto. E qual a
1422 realidade? A dura realidade de que nossa universidade não somente aprova parcerias
1423 público-privadas, como ela endossa com regimentos tudo isso. Isso não é legalismo.
1424 Isso é nossa Universidade. Podemos não concordar com isso, mas essa é uma
1425 realidade, eu reconheço. Talvez, alguém diga que devemos reagir a isso e não nos
1426 conformar. Tudo bem, isso é bastante legítimo e precisamos lutar mesmo, mas
1427 encarar essa realidade, e lidar com ela, faz parte da luta, parte das transformações.
1428 Dentro disso, confesso que sempre defendi a instituição pública e a subvenção estatal,
1429 mas desde que fui concursado na Unicamp e na Faculdade de Educação, descobri
1430 que há políticas, vejam bem, políticas de bolsas de estudo financiadas por banco
1431 espanhol, que também financia políticas de mobilidade internacional – aliás, meus
1432 parabéns àqueles que acabaram de ser contemplados na nova edição do Santander;
1433 descobri que fundações humanizadas, mas privadas, patrocinam projetos de
1434 pesquisa, ensino e extensão por toda a Unicamp e também na FE, ontem e hoje,
1435 inclusive nesta terrível conjuntura. Enfim, na universidade em que trabalho, tudo isso
1436 é possível, mesmo eu não concordando muitas vezes, mas hoje encaro essa realidade
1437 de perto e venho tentando aprender com ela para poder transformá-la, mesmo
1438 sabendo que as transformações são lentas e desiguais, logo, uma realidade terrível
1439 se impõe. Por isso, não posso simplesmente ignorar todos os convênios público-
1440 privados voltados a projetos de pesquisa, bolsas de estudos e mobilidade

1441 internacional, todas muito bem-vindas nos últimos 6 anos, que realizaram a vida
1442 acadêmica de muitos estudantes, funcionários e professores, e foram assinadas por
1443 mim como chefe de departamento, coordenador de curso e agora como diretor
1444 associado. Eles cabem nos nossos regimentos construídos coletivamente e onde se
1445 assentam nossas relações democráticas e institucionais. Talvez para quem não esteja
1446 na gestão, talvez seja mais possível recusar um projeto que está dentro das normas
1447 institucionais construídas coletivamente. Na verdade, são essas ações que perfazem
1448 nossos pactos e acordos coletivos e indicam uma boa medida para o nosso futuro. Eu
1449 não posso recusar isso e não vou fazer. Mefistófeles pergunta a Fausto: Terminaste?
1450 Fausto responde: Salva-nos! Ou que caiam maldições sobre ti por toda a eternidade
1451 (p. 203). A **Professora Alexandrina Monteiro** reafirmou que conforme foi
1452 mencionado pelo Prof. Miguel e pelo Prof. Alexandro, os regimentos são documentos
1453 discutidos e aprovados coletivamente. E faz parte desses regimentos que as decisões
1454 fossem discutidas e votadas. Porque se não houvesse a necessidade de uma
1455 discussão e de voto, bastaria um trabalho técnico de ticar se todos os documentos
1456 foram entregues. Então, como não era uma decisão simplesmente técnica de verificar
1457 se está ou não adequado às normas e mais do que isso eram decisões que passam
1458 por discussões políticas e não ideológicas, era por essa razão que existe uma
1459 comissão e existe uma congregação para que essas questões sejam discutidas. Então
1460 faz parte do regimento essa discussão que estava acontecendo. Finalizou dizendo
1461 que as propostas nascem de grandes e fervorosos debates e que ótimo que estavam
1462 debatendo. A **Professora Telma Vinha** esclareceu que a parceria era delimitada pelo
1463 que o convênio propõe e que algumas afirmações sobre termos aditivos eram devido
1464 à amplitude do projeto, pois depende-se de como ele vai caminhar, estando no meio
1465 de uma pandemia e por isso a proposta de termos aditivos anuais. Disse não entender
1466 por que colocar que se pretende mudar questões que são tão importantes e caras
1467 para a FE, como elaborar materiais que serão públicos e gratuitos para a escola. Isto
1468 é um princípio para a FE, não negociável e qualquer mudança, qualquer alteração, só
1469 acontecerá se a congregação aprovar. Outra questão em relação ao trabalho, o
1470 GEPEM, tem dezenas de pesquisadores com que se pode contar, além das equipes
1471 dos Estados e do próprio Instituto Unibanco. Quando foi colocado que “provavelmente
1472 será em tais estados”, é justamente porque vai depender da aprovação do convênio,
1473 porque depende-se desse desenvolvimento para poder aperfeiçoar, aprofundar os
1474 diálogos. Destacou ainda, que não há outro estado no Brasil que tenha uma gestão
1475 mais democrática que o Ceará. E mesmo a atual gestão do Espírito Santo, preza por
1476 valorizar os processos democráticos. Ao não considerar a nota dos secretários, está-

1477 se, de certa forma, deslegitimando este posicionamento deles. Chamar o projeto, na
1478 escala que ele tem, de pontual, como disseram que seriam os argumentos a favor, é
1479 não reconhecer o potencial de transformação, ao oferecer uma forma de educação
1480 emancipadora nesta escala. Finalizou dizendo que alguns defendem o caminho da
1481 obstrução, mas as proponentes defendem que para mudar é necessário conversar
1482 com estes secretários e aproveitar todos os programas e políticas que já estão
1483 acontecendo e influenciar a partir de então. E isso sem se venderem ou perder a
1484 autonomia. Em seguida, a **Professora Eliana Ayoub** iniciou sua fala dizendo que no
1485 DELART o entendimento foi de que não era o caso de deliberar sobre o convênio de
1486 outro departamento. Foi pautado apenas para ciência. O DELART levantou vários
1487 argumentos e colocou-se a favor da celebração do convênio, tendo em vista que se
1488 trata de uma proposta academicamente qualificada e que pretende, de fato, dialogar
1489 com os professores e a comunidade escolar das escolas públicas, como já vem sendo
1490 feito pelas professoras que estão à frente do convênio. Chamou a atenção para o fato
1491 de que o convênio estava amplamente amparado pelos regimentos da universidade,
1492 que é uma universidade que preza pelo cumprimento institucional nas diferentes
1493 instâncias. Disse que todas as falas e argumentos colocados na reunião a tocaram
1494 profundamente como professora da faculdade. A instância da congregação, bem
1495 como outras, como os departamentos trazem momentos de reflexão, que são muito
1496 complexos e cheio de aprendizados. Reafirmou que era uma manhã de muitos
1497 aprendizados, que a tocavam, e a mobilizavam a pensar que as pesquisas, sobretudo
1498 aquelas em diálogos com as redes públicas, são muito complexas. E os caminhos,
1499 pensando nos acertos e desacertos, não estão dados, não estão prontos, estão
1500 sempre em processo. Eles são construídos nas brechas, nas relações, nos contextos
1501 peculiares, onde as pesquisas acontecem. Nessas fendas, naquilo que escapa do
1502 controle. Educação é assim, escapa ao controle, os convênios também. Portanto, há
1503 uma proposta e, se for aprovada, vai acontecer na efervescência da vida em
1504 acontecimento nas escolas. Salientou que gostava de pensar o mundo e a Educação
1505 sempre nas suas contradições. Esse convênio se coloca para ela como um espaço
1506 do contraditório, que constitui a profissão docente em toda a sua complexidade. É no
1507 espaço do contraditório que também se constitui a universidade pública. É no espaço
1508 do contraditório que se constitui a Unicamp, uma universidade pública, democrática
1509 laica, socialmente referenciada e que todos defendem, todos da Faculdade de
1510 Educação. Generalizou, pois todos defendem isso. E nesse movimento de busca
1511 pessoal e profissional ela é sempre desafiada nas suas certezas. E tem assumido
1512 isso: que as certezas estão sempre em movimento. “Será que cada um de nós está

1513 tão certo das suas verdades? É a pergunta que eu sempre me faço”. E nesses
1514 espaços de interlocução e discussão, isso se coloca com muito mais força. Finalizou
1515 sua fala, trazendo o poeta Carlos Drummond de Andrade, com o livro *Corpo*. Uma das
1516 poesias que sempre a tocou de forma muito profunda: “Verdade. A porta da verdade
1517 estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim não era
1518 possível atingir toda a verdade, porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil
1519 de meia verdade. E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil. E os
1520 meios perfis não coincidiam. Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta. Chegaram
1521 ao lugar luminoso onde a verdade esplendia seus fogos. Era dividida em metades
1522 diferentes uma da outra. Chegou-se a discutir qual a metade mais bela. Nenhuma das
1523 duas era totalmente bela. E carecia optar. Cada um optou conforme seu capricho, sua
1524 ilusão, sua miopia. (Carlos Drummond de Andrade. *Corpo*. 10. ed. Rio de Janeiro:
1525 Record, 1987. p.41-42)”. O **estudante Pedro Franco** pontuou que pelo Regimento da
1526 Faculdade de Educação e o de Extensão, convênios com entidade privadas podem
1527 ser pautados de fato, mas não quer dizer que devem ser aceitos. Com isso,
1528 disposições contrárias ao convênio são totalmente legítimas. Frisou que não via
1529 sentido em ficar citando regimentos, tendo em vista que estavam sendo seguidos.
1530 Acrescentou que o manifesto se encontra no parecer da CEFÉ, pois foi levado para a
1531 CEFÉ e lido e um importante elemento do debate. Assim como foi enviado por e-mail
1532 a todos e lido naquela reunião. Manifestou sua preocupação com algumas colocações
1533 sobre a atuação na educação, tendo em vista que tantos órgãos públicos estão sendo
1534 privatizados e escolas que já aderiram a este projeto. Passa uma ideia de que é
1535 possível mudar o Instituto Unibanco e outros institutos ou grupos como “Todos pela
1536 Educação”, que fazendo um paralelo com a forma como eles atuam, eles têm uma
1537 espécie de assembleia anual, em que quem pode votar é quem doou R\$ 100.000,00
1538 ou mais, ou seja, é possível modificar isso dando R\$ 100.000,00 dos cofres públicos
1539 para estas instituições. No caso do Instituto Unibanco, a questão é ainda mais
1540 engessada, pois quem define quem vão ser os cabeças do Instituto Unibanco, é o
1541 próprio Pedro Moreira Sales, a família que lucrou com a Ditadura Militar. Não é à toa
1542 que os presidentes do Instituto Unibanco, tiveram passagem pelo mercado financeiro
1543 e pelo conglomerado Itaú/Unibanco. É preocupante um discurso de que é possível
1544 mudar a atuação desses programas, como o programa “Jovem do Futuro”, sendo que
1545 estão dentro de uma hierarquia extremamente rígida e o topo dessa cadeia é a família
1546 Moreira Sales que quer sim, se beneficiar, usufruindo da educação. A **Professora**
1547 **Selma Venco** reiterou que a nova gestão pública, o gerencialismo, que é parte da
1548 pesquisa de tantos dos docentes da FE, quer fazer crer, que não há outra saída para

1549 tudo o que é público, que a única saída é a participação no setor privado. Orientando-
1550 se por isso, colocou uma questão: a FE não está à venda. Ou será que deveríamos
1551 fazer esta colocação de outra forma? A FE vai passar a estar à venda? Questionou a
1552 fala de que no Ceará existe gestão democrática. Afirmou que poderia elencar uma
1553 série de bibliografias sobre como se dá a privatização no Ceará. Mencionou que o
1554 Prof. Antonio Carlos Amorim evocou a postura da Profa. Ana Horta. Diante disso,
1555 problematizou. A Direção, na fala do Alexandro, pelo que entendeu, acabou de colocar
1556 uma posição e o Prof. Antonio Carlos também colocou uma posição. Agradeceu muito
1557 aos seus alunos da química, que a ensinaram que neutralidade não existe nem no
1558 PH. É importante observar que não havia ali neutralidade. Perguntou como as
1559 coordenações votariam sobre o projeto. Foram consultados os coletivos que
1560 representam, assim como os chefes fizeram? A CPG foi consultada? A CG foi
1561 consultada? E novamente ressaltou que não era a autonomia das colegas
1562 proponentes que estava sendo tangenciada. Isso já havia sido dito e reiterado. Isso
1563 estava parecendo uma cortina na fumaça para os tirar da questão principal. Já
1564 comentou numa *live* que as pessoas têm total autonomia para desenvolver a pesquisa
1565 que bem entenderem, mas que não envolvam a FE como um todo. A Profa. Eliana
1566 Ayoub comentou sobre a questão das verdades absolutas, trazendo, inclusive um
1567 poema. São princípios. Essa é que era a grande questão. São os princípios defendidos
1568 historicamente na FE e lhe pareciam estar sendo mudados. A **estudante Neide**
1569 **Sampaio** iniciou sua fala fazendo um apelo aos representantes docentes. Chamou à
1570 reflexão os discursos sobre inclusão social, democratização do ensino. Qual o futuro
1571 se deseja para os jovens? Enquanto naquele momento havia milhares de jovens sem
1572 acesso à Educação, ocorria ali aquela discussão sobre parcerias com bancos que
1573 sequer entendem sobre justiça social, sobre sofrimento, sobre educação, visando
1574 apenas ao lucro financeiro, não importando a eles a inclusão de culturas e de outras
1575 diversidades. Os estudantes que vieram de escolas públicas, de classe pobre, sofrem
1576 de epistemicídio nessa instituição dita democrática. Mencionou que quando chegou
1577 na FE, em 2019, os docentes se tornaram referência para ela. E o que estava
1578 acontecendo ali? Porque se eles eram seus espelhos para continuar seguindo esta
1579 profissão que está sendo precarizada, baseados em que seguiriam esta profissão, se
1580 os seus discursos invertem a lógica dos princípios da Faculdade de Educação?
1581 Chamou a bancada docente para essa reflexão. Não é possível aceitar qualquer tipo
1582 de privatização dentro da universidade pública. É preciso combater e não fazer
1583 parcerias. O que o Instituto Unibanco ensina sobre educação, sobre a matança de 6
1584 milhões de indígenas que aqui viviam? Sobre a escravidão dos negros da África? Será

1585 que eles ensinam isso ou será que só o dinheiro importa? Qual o discurso que ele
1586 defende? Do capital ou de igualdade social? Finalizou dizendo que estava bastante
1587 decepcionada, mas que respeitava o posicionamento de todos, pois estão num país
1588 democrático. A **Professora Ana Lúcia Horta** iniciou sua fala dizendo que iria retomar
1589 algumas questões que foram colocadas. Quando se fala do projeto, não quer dizer
1590 que a análise do projeto é pontual, não é pensando na amplitude do projeto, mas é
1591 uma análise pontual, tendo em vista que os argumentos contrários vão levantar uma
1592 análise muito mais de contexto. Neste sentido é uma análise muito mais
1593 circunstanciada da proposta. Se voltarem ao parecer vão perceber que não há
1594 discordância. Quem levantou argumentos contrários, não discorda com o que foi posto
1595 em relação aos argumentos favoráveis que se destacam na proposta. Agradeceu a
1596 estudante Neide por lembrar da importância do professor. O que significa assumir a
1597 academia, achar as propostas e diversas ONGs e tudo o mais, achar que eles podem
1598 dizer o que deve ser feito na escola? A política de avaliação dos resultados não está
1599 preocupada com o que é feito na escola. Quando falou do manifesto, quis registrar de
1600 forma transparente o que aconteceu na CEFÉ. Reforçou que a discussão que estavam
1601 tendo não estava no âmbito, de forma alguma, da experiência, da autonomia das
1602 professoras, da qualidade do projeto. A discussão dizia respeito a outra questão. O
1603 respeito às normas é ponto de partida para qualquer discussão que se tenha
1604 institucionalmente. Um projeto que não esteja adequado às normas nem é discutido.
1605 Mas estava se discutindo um projeto que se adequa às normas, mas não é suficiente.
1606 Estavam discutindo as implicações institucionais disso. Não se trata da liberdade de
1607 cátedra, esse argumento é frágil. A liberdade de cátedra se sobrepõe às questões
1608 institucionais que estavam sendo discutidas? Outro detalhe que ela mencionou foi que
1609 a minuta não fala do uso do logotipo da Faculdade de Educação, mas o uso do
1610 logotipo da Unicamp. Observou que nunca deixou implícito que não tinha uma
1611 posição. E iria votar conforme essa posição. Ponderou muito sobre o risco de a
1612 votação chegar a um termo de empate e quais seriam as implicações de um voto de
1613 minerva. Não iria fazê-lo na Congregação, pois não lhe cabia isso, assim como não o
1614 fez na CEFÉ, pois não é previsto no regimento, o que poderia ser questionado. Além
1615 do que, não queria colocar a CEFÉ nesta situação de fragilidade. Salientou que na
1616 Congregação se posicionaria, pois é membro. Observou que o parecer da CEFÉ
1617 destacava os aspectos positivos da proposta e em seguida fazia uma análise de
1618 contexto e, neste sentido, lembrou que outras propostas de parceria, que eram
1619 colocadas a fundo perdido, eram muito distintas de uma articulação a uma proposta
1620 que estava em andamento há muitos anos, que tem uma proposta consolidada. Outra

1621 questão era o financiamento de bolsas. É verdade que todos usufruem de bolsas do
1622 Santander. O Santander cede a verba, quem discute o aluno que será selecionado e
1623 projeto que será contemplado não é o Santander. O Santander não interfere em nada.
1624 Ele apenas cede as bolsas à instituição. É necessário distinguir isso. Não é a mesma
1625 coisa conceder e usufruir bolsas do Santander e estabelecer um convênio como um
1626 projeto que já está consolidado, que já tem um perfil bastante consolidado. Neste
1627 aspecto era inegável que o espaço de atuação nessa brecha é muito reduzido.
1628 Finalizou dizendo: “Que caiam mil maldições, eu resisto a essas maldições.
1629 Resistimos juntos a essas maldições”. Concluiu esclarecendo que a atuação da CEFÉ
1630 foi no sentido de abrir um debate transparente. O fato de se ter chegado a um
1631 resultado de empate possibilitou à CEFÉ levar para a Congregação, de modo muito
1632 transparente, os argumentos favoráveis e contrários. Encerradas as inscrições, o
1633 **Professor René Trentin** registrou que já se havia conversado bastante sobre o tema,
1634 mas que pediria licença para fazer ainda dois comentários apenas, sobre dois pontos
1635 que lhe chamaram a atenção. Na verdade, nem eram tão diretamente ligados ao tema,
1636 mas foram produzidos por ele. O primeiro deles, era algo de que se lembrou a partir
1637 da fala do estudante Pedro Franco, que chamou a atenção para a questão do diálogo.
1638 Com base nisso, chamou a atenção para a participação dos docentes na rede de e-
1639 mails da FE e fez um apelo para que se refletisse sobre essa nossa participação.
1640 Informou que a direção ficou bastante preocupada, e possivelmente os membros da
1641 Congregação também, com o clima que se criou, a partir das manifestações feitas ali.
1642 Para ele, ficou bastante evidente que havia uma grande dificuldade de dialogar, de
1643 conversar com os colegas. E uma dificuldade que ele, pelo menos, não se recordava
1644 de ter visto no passado, pelo menos nesse nível, aqui na Faculdade de Educação. A
1645 ponto, inclusive de transbordar para fora dela. E se perguntava se isso seria o nosso
1646 novo jeito de funcionar, se será assim daqui para frente. Se gostamos desse jeito de
1647 funcionar. Destacou que, falamos tanto de Paulo Freire, damos o nome do nosso
1648 Prédio a ele, citamos o Paulo Freire em diversos eventos e não há nada mais
1649 importante na pedagogia dele do que o diálogo. Se voltarmos ao capítulo três da
1650 Pedagogia do Oprimido, veremos que, para ele, o diálogo não é uma discussão
1651 guerreira, não é polêmica. Diálogo é encontro na busca da verdade. O diálogo para
1652 ele, é um ato de criação. E se perguntava: o que nós conseguimos criar com a forma
1653 com a qual nós nos posicionamos na rede? Esclareceu que não se referia ao debate
1654 que estava ocorrendo na congregação, que até considerava que estava sendo muito
1655 bom por sinal, mas àquilo que havia sido vivenciado na rede de docentes, por e-mails.
1656 Reconhece que estamos numa situação excepcional com a pandemia, que não temos

1657 nos encontrado presencialmente, que quando estamos em contato remoto, nos
1658 sentimos um pouco mais à vontade, talvez, para falar as coisas. Talvez nos
1659 precipitemos um pouco. Mas queria fazer este apelo, para que pensássemos sobre
1660 isso. Se não poderíamos ter um outro jeito de nos relacionarmos. Para ele, uma das
1661 coisas que mais evidenciam essa dificuldade de diálogo que apareceu ali, foi o fato
1662 de que, o projeto em si mesmo, a proposta em si, que está sendo discutida aqui, agora
1663 de maneira mais aprofundada, sequer apareceu nas discussões da rede.
1664 Praticamente ninguém falou dele. Referimo-nos a vários aspectos que também são
1665 importantes, fundamentais, não estou negando isso. Mas a proposta em si não
1666 apareceu ali na rede. Coisas interessantes que apareceram aqui, podiam ter sido
1667 debatidas lá. Por exemplo, se o projeto proposto pode ou não ser uma alternativa
1668 contra hegemônica contra o projeto das escolas militarizadas. Isso poderia ter sido um
1669 tema interessante de debate. Se não concordamos que ele seja implementado através
1670 do Instituto Unibanco, haveria uma outra forma de fazer isso? Sobretudo considerando
1671 que, do projeto em si, parece que ninguém discordou. Ninguém levantou críticas
1672 profundas ao projeto em si. Na verdade, foi o contrário, as pessoas fizeram questão
1673 de dizer: “não tenho nada contra o projeto”, “o problema é o financiamento”. Por que
1674 não pudemos fazer esta discussão nesse nível, mais acadêmico, mais profissional,
1675 também na nossa rede? E a forma como a coisa aconteceu ali, criou um clima de
1676 animosidade. Nós, na Direção, não só sentimos isso pessoalmente, como também na
1677 manifestação dos colegas. E criou-se um clima de dificuldade, de tensão. Disse não
1678 saber se todos concordariam, mas que acreditava que ninguém se sente confortável
1679 com isso. Era uma sensação de sobressalto constante, à espera da próxima
1680 mensagem, ou do próximo tema bombástico que vai detonar a nossa rede. Disse ter
1681 se preocupado bastante como isso e o Prof. Alexandre também. Lembrou que ambos
1682 colocaram em sua carta-programa um tópico que, talvez, para muitos não seja
1683 relevante, mas para eles era, que era a questão do bem estar. Destacou que desejam
1684 que a faculdade seja um ambiente de bem-estar e que isso era algo que todos
1685 desejavam. Nunca, na nossa história mais recente, isso foi tão necessário para
1686 construir a nossa unidade. Estamos num cenário político gravíssimo. O ano que vem
1687 nos esperam desafios enormes, gigantescos. Para começar, o orçamento da
1688 universidade. Nós vamos encerrar o ano com 20 milhões em caixa das reservas da
1689 Unicamp. Teremos desafios gigantescos e precisamos estar unidos, fortalecidos. E
1690 ficou muito preocupado com essa cisão. Revelou esperar, sinceramente, que
1691 consigamos superar isso. Lembrou que sempre tivemos divergências e, bem ou mal,
1692 conseguimos lidar com elas, mas que não se recordava de ter vivenciado uma

1693 situação nesse grau de animosidade. Fez, então, um apelo para que se consiga
1694 encontrar uma outra forma de nos relacionarmos na rede docente para que isso não
1695 comprometa a nossa condição de convivência saudável, não comprometa o prazer de
1696 estar na faculdade, e não comprometa a nossa condição de unidade na luta política
1697 que vem pela frente. Lembrou que tivemos uma vitória importantíssima na semana
1698 passada, pois derrotamos uma parte significativa do PL 529. Isso foi divulgado nas
1699 nossas rede, mas não teve nenhuma repercussão. Passou batido. Na verdade, teve
1700 uma única repercussão de um colega, funcionário administrativo, com o qual se
1701 encontrou na FE e que veio comemorar com ele aquela vitória. Estava chamando a
1702 atenção para isso: temos questões importantíssimas que estão além de vários pontos
1703 de pauta que nós trazemos para a congregação e precisamos estar juntos. Esclareceu
1704 que não estava fazendo nenhum discurso utópico, ingênuo, pois sabia das diferenças
1705 que existem na FE e que iríamos brigar muito ainda, sem dúvida, mas que não
1706 poderíamos perder o foco do caráter acadêmico das nossas divergências. Se não
1707 conseguirmos superar esse fracionamento, corremos o risco de permanecer isolados,
1708 mesmo depois da pandemia. Cada um trabalhando no seu canto e tentando evitar o
1709 colega. Fazia, então, um apelo para que ajamos diferente com a nossa rede e com as
1710 nossas divergências. Um último aspecto que destacou foi que a congregação tem
1711 essa prerrogativa de decidir diferente do que majoritariamente está decidido numa
1712 regra, num regulamento, o que é muito bom. No entanto, algo que o incomodou muito
1713 ao logo desse tempo foi ouvir algumas pessoas dizerem que seguir o regimento é um
1714 ato somente legalista. Não é apenas legalista. Lembrou que fazia cinco meses que
1715 estavam na gestão e que, ao longo deste tempo, nas congregações, ouviu várias
1716 vezes as pessoas dizerem, com razão, que precisávamos respeitar os debates
1717 realizados aqui e que geraram os posicionamento históricos da faculdade. Por
1718 exemplo, quando discutimos a questão dos estágios, tomamos decisões importantes,
1719 difíceis. E a posição defendida era sempre esta: vamos respeitar aquilo que a
1720 faculdade deliberou nas suas instâncias democráticas, como sempre foi. Gostaria que
1721 isso fosse feito, também, em relação ao regimento da extensão. Destacou que
1722 participou bastante do momento em que ele foi elaborado e que ele também era
1723 reflexo de um processo amplo de discussão, do qual participaram todas as instâncias
1724 da faculdade e estudantes e que resultou no que é chamado política de extensão da
1725 faculdade. Solicitou que quando nos referirmos a uma norma, a um regimento que
1726 reflete uma política, não considerássemos que isto é apenas uma atitude legalista,
1727 mas como expressão de uma política. Assim como são todos os outros regimentos.
1728 Quando a política de cotas foi aprovada na pós-graduação, isso foi reflexo de uma

1729 decisão política da faculdade, a sua política de pós-graduação. Não aceitaríamos que
1730 uma linha de pesquisa, por exemplo, num determinado processo seletivo, não
1731 respeitasse o critério das cotas por ter um candidato muito bom que não
1732 correspondesse a esse critério. O argumento legalista não seria aceito neste caso.
1733 Temos a liberdade de nos posicionarmos e a interpretação de estar ou não coerente
1734 com a política, é diversa. Mas é em relação à política que nos posicionamos e não
1735 meramente em relação a uma questão legal. É isso que ele gostaria de deixar claro,
1736 em respeito à história de todos que participaram desta discussão anteriormente. Ao
1737 término de seu comentário, lembrou que havia sido sugerida pela Profa. Selma a
1738 votação nominal e que aquela seria a primeira vez, na atual gestão, que isso seria
1739 feito. Esclareceu, então, como a votação ocorreria: o presidente chama os nomes, e
1740 a pessoa declara se o seu voto é sim ou não. Após estas considerações, o **Professor**
1741 **Renê Trentin** colocou em votação a proposta do convênio, com votação nominal,
1742 conforme solicitado no início da discussão. Votos favoráveis (9): Alessandra
1743 Aparecida Viveiro, Alexandro Henrique Paixão, Anderson Ricardo Trevisan, Antonio
1744 Carlos Rodrigues de Amorim, Carlos Miguel Ribeiro da Silva, Eliana Ayoub, Guilherme
1745 do Val Toledo Prado, Lilian Cristine Ribeiro Nascimento, Miriam Cardoso Utsumi.
1746 Votos contrários (15): Alexandrina Monteiro, Ana Lúcia Horta Nogueira, Carolina de
1747 Roig Catini, Diego Barbosa, Fabiana de Cássia Rodrigues, Julia da Silva Oliveira, Julia
1748 Pacheco e Zan, Juliana Marques Lourenço, Luciano Pereira, Neide Silvania Campos
1749 Sampaio, Nima Imaculada Spigolon, Norma Silvia Trindade de Lima, Pedro Silva
1750 Franco, Ricardo Ariel N. Gilbert Bruno, Selma Borghi Venco. Abstenções (1): Noemi
1751 Rodrigues Jacintho. Sendo assim, a proposta do convênio não foi aprovada. O
1752 **Professor Renê Trentin** salientou a importância do debate que se sucedeu e
1753 agradeceu à Profa. Telma Vinha e à Profa. Ana Aragão pela disponibilidade de
1754 participar da reunião da Congregação, prestando todos os esclarecimentos.
1755 Considerando o adiantado da hora, o **Professor Renê Trentin** propôs continuação da
1756 reunião no dia 28/10 para completar a pauta do dia e poder entrar no Expediente, o
1757 que foi aprovado com um voto contrário. Em seguida, o **Professor Renê Trentin**
1758 encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a tratar,
1759 eu, Raquel Pigatto Vale Menezes, secretária da Diretoria da Faculdade de Educação,
1760 redigi e digitei a presente ata que assino e submeto à apreciação dos senhores
1761 conselheiros. Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 19 de abril de dois mil e vinte e um.